



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura



Ministério da Agricultura
e Ambiente



Financiado pela União Europeia

VERSÃO RESUMIDA



Dionara Anjos

Assessoria em Género e Inclusão Social

Projeto REFLOR-CV GCP/CVI/046/EC

Novembro 2020

Ficha Técnica

Título: Diagnóstico social e de género nas comunidades – Versão Resumida

Projeto: Reforço da Capacidade de Adaptação e Resiliência do Sector Florestal em Cabo Verde - REFLOR-CV

Projeto do Ministério da Agricultura e Ambiente em execução pela FAO.

Financiador

União Europeia

Consultora

Dionara Anjos

Com contribuições:

Consultora para as Organizações Locais e Desenvolvimento Comunitário: *Francisca Marilena Baessa*

Facilitadores dos grupos focais e encontros comunitários

Santiago: *Adelsia Almeida*

Boavista: *Francisco Mendonça*

Fogo: *Mónica Teixeira*

Revisão Técnica:

Especialista Nacional de Género FAOR Cabo Verde:

Claudia Rodrigues

Data

Novembro 2020

Índice

| | |
|--|----|
| Resumo executivo | 5 |
| Indicadores selecionados | 10 |
| I. ENQUADRAMENTO | 12 |
| II. OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO | 13 |
| III. METODOLOGIA | 13 |
| IV. RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS | 13 |
| A. Acesso, controlo e benefício diferenciado de mulheres e homens aos recursos naturais .. | 13 |
| i. Água | 13 |
| ii. Solo..... | 15 |
| B. Ocupação/ocupações, sazonalidade, produtividade, rendimentos | 17 |
| C. Floresta e atividades florestais | 20 |
| i. Floresta | 20 |
| ii. Atividades florestais realizadas por comunidades (Fogo e Santiago) | 22 |
| iii. Gestão florestal..... | 25 |
| D. Responsabilidades e tempo dedicado a trabalho remunerado e não remunerado | 26 |
| E. Processo participativo e participação na tomada de decisão a vários níveis | 30 |
| i. Participação nos encontros comunitários e nas atividades da Associação | 31 |
| ii. Mulheres e homens nas Associações..... | 32 |
| F. Consciência, conhecimentos e práticas de mulheres e homens em matéria de gestão sustentável dos recursos naturais..... | 33 |
| V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 35 |
| A. Recomendações para o Projeto REFLOR-CV | 35 |
| B. Recomendações à FAO e parceiros para a formulação dos próximos projetos..... | 38 |
| C. Recomendações a outros atores (para além do Projeto REFLOR-CV) e à FAO (para apoio técnico, inserção em projetos, etc.) | 38 |

Resumo executivo

O presente Diagnóstico social e de género nas comunidades (DSG) abrangeu as 25 comunidades beneficiárias pelo Projeto REFLOR-CV,¹ visando uma melhor compreensão (i) dos papéis das mulheres e dos homens enquanto utilizadores dos recursos florestais, (ii) das dinâmicas sociais de género no acesso a recursos produtivos, serviços (em particular florestais) e instituições locais, e capacidade de homens/mulheres influenciarem na tomada de decisões (voz) e beneficiarem dos recursos naturais e das oportunidades económicas para melhorar o seu bem-estar individual e doméstico (agenciamento), e (iii) das necessidades, direitos e interesses de homens/mulheres e todas as partes interessadas na gestão florestal.² O DSG privilegiou uma metodologia qualitativa, suscetível de explorar as dinâmicas sociais e de género na comunidade e analisar as perspetivas dos vários membros da comunidade. A análise foi complementada por um tratamento de dados quantitativos pré-existentes.

Os resultados apontam para importantes **vieses sociais e de género** nas comunidades abrangidas pelo Projeto REFLOR-CV, que devem ser tidos em conta na implementação do Projeto. Relativamente à **água**, as relações sociais de género condicionam fortemente o acesso e controlo deste recurso natural, bem como os benefícios que dele decorrem: as mulheres têm acesso à água sobretudo para fins domésticos (visto como responsabilidade intrínseca delas) e para a criação de animais (sobretudo para autoconsumo). Os homens têm acesso à água para fins produtivos (agricultura e pecuária). Em **Santiago**, num contexto de extrema penúria de água (efeitos de 4 anos cumulativos de seca), os vieses sociais e de género foram exarcebados: o acesso à água implica compra de água e/ou deslocação a pontos de água fora da comunidade (fontes mistas – água para uso doméstico e rega, onde os agricultores estão em posição de tomada de decisão, gerando conflitos). As mulheres não tiram os mesmos benefícios do acesso à água (rendimento) e arcam com os impactos negativos da falta de acesso e de controlo sobre este recurso, em termos de sobrecarga de tempo, saúde (delas próprias e dos familiares) e custos. Na ilha do **Fogo**, a divisão de responsabilidades não é diferente, mas quase todas as comunidades têm acesso a água em casa (água do reservatório para os animais), embora em metade das comunidades um número significativo de famílias não tem ligação em casa (depende do reservatório). A gestão do reservatório prevê tempo para abastecimento das mulheres, outro para os homens. Na **Boavista**, regra geral há acesso à água através das ligações domiciliárias.

O **acesso e controlo da terra** é fundamental para os membros das comunidades, em particular em Santiago e no Fogo, onde a população vive em grande parte da **agricultura**. A rentabilidade da agricultura de sequeiro varia (qualidade dos solos, microclima propício). A agricultura de regadio, mais rentável, tende a ser dominada pelos homens. As situações de **direitos sobre a terra** são diversas (propriedade privada documentada ou informal, regime de parceria mediante acordo verbal, acordo do longo prazo com Estado, nenhum direito formal ou informal) e os **vieses sociais e de género** identificados incluem: um menor acesso das mulheres, comparativamente com os homens, a terra para agricultura (sobretudo no Fogo);

¹ Projeto de Reforço da Capacidade de Adaptação e Resiliência do Sector Florestal em Cabo Verde, projeto do Ministério da Agricultura e Ambiente, financiado pela União Europeia e em execução pela FAO

² Quadro de referência alinhado à estratégia de género da FAO (2013) *Policy on Gender Equality: Attaining Food Security Goals in Agriculture and Rural Development*

um acesso a formas de exploração menos produtivas (Santiago e Fogo); direitos menos consolidados (menor controlo sobre a terra). Os benefícios, em termos de rendimento, são consequentemente menores: as mulheres têm menor acesso às formas mais produtivas de exploração da terra (ex. regadio) e ficam fora dos investimentos feitos nesta área (Santiago), estão mais representadas em formas menos seguras de exploração da terra (parceria-Santiago). São referidos viéses de género na documentação da titularidade, incluindo por parte do Estado (Acordos de Longo Prazo tendem a ser atribuído aos homens, considerados chefes de família). As questões de titularidade impactam os investimentos que mulheres e homens podem fazer, mas em particular as mulheres, por serem menos vezes titulares do que os homens.

O perfil de **atividades geradoras de renda** de mulheres e homens, bem como as suas características (sazonalidade, produtividade, etc.), são marcados por **vieses de género**: homens têm mais acesso a ocupações/recursos mais rentáveis e a trabalho remunerado, o que lhes permite investir, novamente, em ocupações mais rentáveis e tecnologias de produção. Na pecuária, as mulheres criam animais de menor porte (consomem menos pasto e água, dão lucro mais rápido, são fáceis de vender, raramente perdem valor, são criados perto de casa – permite conciliar com outras responsabilidades e mais seguro). Os homens criam animais de maior porte (ex. gado bovino, exige mais investimentos), com maior valor no mercado, embora o lucro dependa da forma de criação (pastagem extensiva ou acesso a pasto, nas zonas altas). Globalmente, comparativamente, as mulheres têm rendimentos baixos e instáveis, quase sempre dependem da venda do pequeno gado ou do comércio informal, enquanto os homens têm mais rendimento (atividades mais rentáveis, acesso a biscaites e trabalho remunerado). Quando as mulheres têm acesso ao trabalho remunerado ganham frequentemente menos do que os homens (ex. jornada agrícola). Para sobreviver ao longo do ano, todos têm de exercer várias atividades sazonais e, como as mulheres não têm acesso a atividades remuneradas, trabalham em ocupações complementares a nível da sobrevivência (venda ambulante, extração de inertes, etc.). Socioculturalmente, os rendimentos das mulheres (já de si desiguais) asseguram o consumo da família (aplicação desigual dos rendimentos). Com menos capacidade de fazer investimentos, as mulheres têm menor acesso às tecnologias de produção, acesso também condicionado pela forma como os serviços estatais canalizam os seus apoios e formações, que incidem sobre ocupações com presença sobretudo masculina (ex. agricultura de regadio, criação de animais de maior porte e, neste contexto, recolha e conservação de pasto, etc.), sem preocupação em definir estratégias que garantam a participação de mulheres. No **Fogo**, existem condicionantes específicas. A participação das mulheres na agricultura é menor e considerada subalterna: os homens são tidos como responsáveis pelos trabalhos de maior esforço e responsabilidade, particularmente na fruticultura, e os proprietários dos terrenos têm maior confiança na capacidade dos homens garantirem a produção (café, outras frutas), pelo que os terrenos são mais cedidos aos homens (parceria), que também são mais contratados. Na **Boavista**, o turismo gera oportunidades e a maioria das pessoas (mulheres e homens) sai da comunidade para trabalhar no setor dos serviços, conjugando essa atividade com a criação de animais. Entre as novas gerações há perda de interesse na agricultura, sobretudo na agricultura de sequeiro.

A capacidade das comunidades retirarem benefícios/rendimento da floresta depende de vários fatores e os vários contextos que condicionam o **acesso e controlo sobre perímetros florestais / áreas de pastagem**. A **distância física** da floresta em relação à comunidade

condiciona o sentimento de pertença. Em termos de **titularidade**, os terrenos dos perímetros florestais de Monte Velha, Serra Malagueta, RuiVaz/Pico d'Antónia, são do Estado, havendo por vezes cedência para exploração agrícola. Existem ainda terrenos privados (situação referenciada no Fogo). Qualquer membro de uma comunidade com um maciço florestal próximo, tem **acesso** à floresta, desde que autorizado (acesso organizado e supervisionado pelos guardas, recolha de lenha carece de autorização). Mas em metade das comunidades abrangidas pelo Projeto, existe terreno baldio do Estado (versus maciço florestal), que as comunidades utilizam como zona de pastagem. Existem ainda terrenos privados nas zonas de pastagem/tchada, explorados pelos proprietários ou mediante cedência. Apesar de serem terrenos de privados são aproveitados como se de baldio do Estado se tratasse, o que na Boavista é fonte de conflito com agricultores. Os **vieses de género** nas atividades florestais e benefícios obtidos são marcados, sobretudo no **Fogo**, onde existem fortes impedimentos socio-culturais à participação das mulheres. Com base em estereótipos sobre força física (que tem uma forte dimensão de construção psicológica e social), capacidade para alguns trabalhos, e no controlo social da mobilidade das mulheres, elas estão praticamente excluídas de várias atividades florestais e da agricultura. A desvalorização da capacidade e do trabalho das mulheres está patente na forte diferenciação entre remuneração das mulheres e dos homens (preço de mercado da mão de obra na agricultura). Algumas atividades florestais geram rendimentos em algumas comunidades e nalgumas épocas do ano, como a venda de lenha (Fogo, Santiago) e de pasto (Santiago). Os rendimentos obtidos da floresta, sobretudo no Fogo, mas também em Santiago, são mais favoráveis aos homens (ex. lenha para produção de grogue, pasto para animais de maior porte). Existem atividades realizadas por mulheres, como a produção de carvão (mulheres em Santiago) e a recolha e uso de ervas medicinais.

As **tarefas florestais** são por vezes executadas por membros das comunidades, no âmbito de protocolos assinados com Associações de Desenvolvimento Comunitário (ADC), havendo Projetos específicos em curso, contudo a remuneração é considerada baixa (versus preço de mercado da mão de obra agrícola). No caso do REFLOR-CV, as mulheres em **Santiago** valorizam ser um rendimento fixo (tempo do contrato com a Associação), diferente da contratação pontual para tarefas agrícolas; os homens não estão interessados neste trabalho/remuneração, porque têm acesso a trabalho mais rentável. Assim, a maioria dos/as beneficiados/as com trabalho remunerado no Projeto em Santiago são mulheres (64,7%). No **Fogo** a larga maioria são, pelo contrário, homens (apenas 17,6% mulheres, 3 ADC não contrataram nenhuma mulher), à luz dos impedimentos socio-culturais à participação das mulheres.

Atualmente as comunidades não se consideram envolvidas na **gestão florestal**. Poucas comunidades sentem a floresta como delas (ou mesmo que têm floresta). As questões de titularidade dos terrenos impactam a possibilidade de trabalhar com a comunidade na gestão florestal e a figura do **rendeiro / proprietário** precisa ser mais explícita e utilizada (versus gestão florestal pela comunidade). Apenas algumas comunidades conseguem obter algum rendimento de produtos florestais, sazonalmente, num contexto em que são necessárias várias fontes de rendimento para assegurar o bem-estar da família ao longo do ano. Novas tarefas/responsabilidades florestais está em concorrência com outras tarefas (sobretudo agricultura), penalizando em particular o tempo das mulheres.

Há vários **vieses geracionais e de gênero** nas responsabilidades de mulheres e homens e tempo dedicado ao Trabalho Remunerado (TR) e ao Trabalho Não Remunerado (TNR). A divisão de tarefas entre mulheres e homens é muito vincada, já que todas as responsabilidades com o TNR recaem sobre as mulheres, o que leva à sua sobrecarga física e emocional, de forma particularmente marcada nas comunidades em **Santiago**. Pode ainda traduzir-se em perda de oportunidade de TR, aspeto particularmente preocupante no **Fogo**, onde as mulheres têm um menor acesso ao TR, inclusivamente no Projeto, num contexto de pobreza e falta de acesso e controlo sobre os recursos. As dinâmicas de gênero do TR e TNR devem ser tidas em conta na gestão florestal participada, que implica repassar responsabilidades/tarefas às comunidades, com impactos diferenciados para mulheres e homens.

Foram identificados **vieses de gênero** a nível de **participação e tomada de decisão**, particularmente marcados na ilha do **Fogo**, onde as mulheres, à luz das relações sociais de gênero, são remetidas para o espaço doméstico, têm acesso condicionado ao espaço público e a oportunidades económicas. A sua participação na vida associativa é ténue, o que também se aplica ao seu acesso a cargos de tomada de decisão associativos (todos os Presidentes das ADC parceiras do Projeto são homens, os homens ocupam 75,8% dos cargos de direção, apesar de 47,6% dos membros das ADC serem mulheres). Existe o risco das suas vozes não serem ouvidas/reconhecidas e das suas necessidades e interesses específicos não serem tidos em conta. Em **Santiago**, a participação das mulheres na vida associativa é efetiva, lideram e dinamizam as Associações, o que exige tempo e dedicação (2/3 dos Presidente de ADC são mulheres, e 72,2% dos membros). A liderança e influencia dos homens continua a ser efetiva em número e poder de decisão, contudo não dedicam/perdem tempo com o dia a dia associativo, a cargo das mulheres. Na **Boavista** a vida associativa tende a ser liderada pelos homens. A parceria do Projeto foi estabelecida com a Associação de Agricultores/Proprietários de Ribeira do Rabil, não estando envolvidas ADC, o que pode representar um risco para a mobilização das comunidades, sendo necessárias ações para garantir a sua efetiva participação e sustentabilidade das ações. Independentemente da ilha, as relações sociais de género levam a que sejam sobretudo os homens a assegurar a interface com os serviços públicos, em particular os serviços de agricultura e florestais, tendência que deve ser compreendida e tida em conta pelos serviços, para um envolvimento equilibrado, participação e contribuições de homens e mulheres em matéria de recursos naturais e gestão florestal.

No que tange à **conservação dos recursos naturais**, existe um conflito de interesses e prioridades (conservação versus necessidade de rendimento). Todas as comunidades têm consciência do impacto ambiental de várias práticas, contudo não têm alternativas. O perfil de atividades de mulheres e homens tem impactos diferenciado na degradação dos solos, em particular no caso da pecuária (pastagem extensiva).

As diferenças substanciais de gênero identificadas a todos os níveis – familiar, comunitário e associativo, bem como na relação com a floresta, no perfil de atividades produtivas e no que tange aos rendimentos, devem ser tidas em conta, tendo em atenção as especificidades por ilha e comunidade. Nesse sentido, as **principais recomendações** para o Projeto REFLOR-CV são:

1. *Assegurar a igualdade de oportunidade para mulheres e homens participarem nas intervenções de reflorestação e de restauração florestal/dos solos*, considerando as especificidades de cada ilha (**Fogo**: sensibilização, formação, advocacia & cumprimento de critérios mínimos em termos de contratação. **Santiago**: sensibilização & análise das

contrapartidas. **Boavista:** estabelecimento de critérios mínimos para a participação das mulheres nas consultas, tomada de decisão e oportunidades geradas pelo Projeto). O Projeto deve assegurar (i) a recolha de dados de forma desagregadas, (ii) a sua análise atempada e regular numa perspetiva de género, e (iii) quando são identificados vieses de género, definir e aplicar estratégias corretivas.

2. ***Reconhecer e ter em conta potenciais perdas de fontes de rendimento para homens e/ou para mulheres das comunidades, decorrentes da mudança nas práticas de conservação preconizadas pelo Projeto*** (responsabilização dos privados, sensibilização focada em grupos alvo específicos, medidas de apoio à mudança quando há implicações para fontes de rendimento, apoiar reconversão de atividades de recolha de inertes).
3. ***Assegurar igualdade de oportunidade para mulheres e homens beneficiarem de fileiras florestais não madeireiras (NTFP – non timber forest products) e agrícolas em geral*** (estudar viabilidade de fileiras ligadas a atividades das mulheres, garantir mecanismos/estratégias de inclusão das mulheres nas demais fileiras onde estão menos representadas).
4. ***Reforçar as capacidades das instituições responsáveis e implicadas na gestão florestal para considerar de forma transversal das questões de género identificadas no DSG.***
5. ***Desenvolver um modelo de co-gestão florestal que reconheça os desafios sociais e de género identificados no DSG.***
6. ***Desenvolver instrumentos de gestão florestal sensíveis ao género.***
7. ***Assegurar a documentação das intervenções acima delineadas, desafios e lições aprendidas, e sua divulgação (componente 3 do Projeto REFLOR-CV).***

Espera-se que os resultados do DGS contribuam para dar visibilidade às dinâmicas e especificidades de género que precisam ser tidas em conta em projetos, programas e políticas públicas na área florestal, e agrícola em geral, para evitar o aprofundamento de desigualdades pré-existentes, e contribuir para que tanto mulheres como homens possam beneficiar dos investimentos públicos neste domínio e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. Recomenda-se à **FAO e parceiros** que na formulação dos próximos projetos os dados e análises do DSG sejam tidos em conta de raiz, e que sejam feitos investimentos específicos no empoderamento das mulheres e na sustentabilidade das suas atividades económicas, considerando desafios identificados. São ainda feitas **recomendações a outros atores** (para além do Projeto REFLOR-CV) e à **FAO** (para apoio técnico, inserção em projetos, etc.) em matéria de **gestão da água, apoio à agricultura, acesso e controlo da terra**, uso da lenha como principal fonte de **energia para cocção**.

Indicadores selecionados

Dados do Censo (2010)

| | | | |
|--|--------------|-----------------------------|-----------------------------|
| % da população que vive no meio rural | 38,2% | Cabo Verde | |
| | 72% | Concelhos do interior de ST | |
| | 62,2% | Mosteiros / Fogo | |
| | 41% | Boavista | |
| % de mulheres na população rural | 51% | Cabo Verde | |
| | 53,1% | Concelhos do interior de ST | |
| | 51% | Mosteiros / Fogo | |
| | 40,8% | Boavista | |
| Índice de dependência nos agregados do meio rural | 61,4% | Cabo Verde | |
| | 74,8% | Concelhos do interior de ST | |
| | 73,8% | Mosteiros / Fogo | |
| | 39,2% | Boavista | |
| % de agregados familiares representados por uma mulher | 47,6% | Cabo Verde | |
| | 56,4% | Concelhos do interior de ST | |
| | 42,1% | Mosteiros / Fogo | |
| | 33,9% | Boavista | |
| Tipologias dos agregados representados por mulheres / homens | | | |
| | M | H | |
| % de agregados conjugais ³ | 22,6 | 57 | Cabo Verde |
| | 20 | 64,7 | Concelhos do interior de ST |
| | 15,5 | 68,6 | Mosteiros / Fogo |
| | 30,4 | 34,6 | Boavista |
| | | | |
| | M | H | |
| % de agregados não conjugais ⁴ | 63,8 | 11,3 | Cabo Verde |
| | 71 | 11,4 | Concelhos do interior de ST |
| | 72,9 | 6,8 | Mosteiros / Fogo |
| | 43,6 | 20,3 | Boavista |
| | | | |
| | M | H | |
| Taxa de analfabetismo dos/das representantes familiares | 27,2 | 11,3 | Cabo Verde |
| | 38,6 | 19 | Concelhos do interior de ST |
| | 36,6 | 13,3 | Mosteiros / Fogo |
| | 11,1 | 5,9 | Boavista |
| | | | |
| % de agregados familiares com nível de conforto baixo ou muito baixo | 45,7% | Cabo Verde | |
| | 60,4% | Concelhos do interior de ST | |
| | 49% | Mosteiros / Fogo | |
| | 52,8% | Boavista | |

³ Agregados conjugais: casais com filhos ou com mais/outras elementos

⁴ Agregados não conjugais: agregados monoparentais ou com representante, filhos e outros elementos

Dados de outros inquéritos

| | M | H | |
|--|------------|------------|---------------------------------------|
| % de agregados familiares que usam lenha como principal fonte de energia para cozinhar (IMC, 2018) ⁵ | 22 | 16,3 | Cabo Verde |
| % de agregados familiares pobres que usam lenha como principal fonte de energia para cozinhar (3º IDRF, 2015) ⁶ | | 80,7% | Cabo Verde Pobres |
| | | 85,7% | Muito pobres |
| | M | H | |
| % de mulheres e homens do meio rural que realizam tarefa de recolha de lenha (IUT) ⁷ | 7,5 | 2,2 | CV Meio Rural |
| | M | H | |
| Tempo médio semanal dedicado à recolha de lenha (por quem realiza esta tarefa no meio rural) (IUT) | 16h | 9h30 | CV Meio Rural |
| Principais fontes de rendimento dos agregados agrícolas (por sexo do agregado) (%) | | | |
| RGA (2015) | M | H | |
| Actividade Agro-pecuária | 54,7 | 54,1 | |
| Assalariado conta outrem | 11,6 | 19,1 | |
| Pensão | 10,4 | 5,1 | |
| Reforma | 4,2 | 9,5 | |
| Remessas de imigrantes | 6,1 | 2,4 | Agregados familiares agrícolas |
| A cargo família residente | 4,3 | 2,9 | Cabo Verde |
| Comércio | 4,0 | 1,7 | |
| Outro | 2,3 | 2,9 | |
| Apoio social | 2,1 | 1,6 | |
| SD | 0,4 | 0,8 | |
| TOTAL | 100 | 100 | |

⁵ INE (2018) Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC): Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

⁶ INE (2015) 3º Inquérito às Despesas e Rendimentos Familiares (IDRF III)

⁷ Dados referenciados em ONU Mulheres (2012). Análise de Género no Agronegócio, a partir dos dados do Inquérito sobre Uso do Tempo (IUT 2012) – módulo do IMC/INE

I. ENQUADRAMENTO

Este documento apresenta de forma resumida os resultados do **Diagnóstico social e de género nas comunidades (DSG)**, realizado no contexto do *Projeto de Reforço da Capacidade de Adaptação e Resiliência do Sector Florestal em Cabo Verde* (Projeto REFLOR-CV), projeto do Ministério da Agricultura e Ambiente, financiado pela União Europeia e em execução pela FAO. Com este Diagnóstico espera-se obter dados que contribuam para, em primeiro lugar, informar a estratégia de integração do género e inclusão social no Projeto REFLOR-CV e, em segundo lugar, estabelecer uma linha de base para poder avaliar o impacto do projecto sobre mulheres, homens e grupos específicos das comunidades.

O Projeto REFLOR-CV visa aumentar a resiliência e melhorar a capacidade de adaptação do país para fazer face aos riscos acrescidos das mudanças climáticas, com impactos em particular na desertificação e degradação da terra, em áreas florestais selecionadas. As funções ambientais das florestas são fundamentais para Cabo Verde, nomeadamente para a proteção do solo e da água, para a manutenção do valor turístico das ilhas e para as economias locais (através de produtos como lenha, pasto, etc.).

O Projeto pretende promover a gestão participativa das florestas, reforçando as capacidades pessoais e coletivas das comunidades e das instituições responsáveis e implicadas na gestão florestal, para se adaptar à desertificação no contexto das mudanças climáticas, e demais efeitos, e reforçar a resiliência de várias comunidades das ilhas de Santiago, Fogo e Boavista. Isto implica engajar de forma participativa mulheres, homens, grupos específicos e comunidades na identificação, avaliação e implementação das opções que melhor se adequam aos seus contextos, bem diversificados nos desafios que enfrentam em matéria de mudanças climáticas, e em termos de perfil socioeconómico.

Por capacidade adaptativa entende-se as competências de pessoas e grupos para aceder, mobilizar e utilizar bens e recursos de maneira a facilitar a adaptação à mudança, sem a degradação dos recursos, nomeadamente:

- Lidar com a mudança, adaptar-se e aprender com ela, reconhecendo-a.
- Aproveitar as oportunidades que surgem com a mudança para transformar os meios de subsistência e bem-estar comunitário e para promover o empoderamento das mulheres.

Sabemos que a forma como as pessoas são afetadas pelos impactos das mudanças climáticas varia em função, entre outros, do seu estatuto social, género, pobreza, nível de escolaridade, acesso e controlo sobre recursos produtivos e serviços. São também vários os fatores que contribuem para as diferenças de exposição e vulnerabilidade a riscos associados às mudanças climáticas entre mulheres e homens, entre outras:

1. Disparidades de género no rendimento e na produtividade.
2. Disparidades no acesso a processos de definição de políticas e de tomada de decisão.
3. Normas socioculturais que limitam a aquisição por parte das mulheres de informações e competências para evitar os impactos das mudanças climáticas, mas também o não reconhecimento ou subestimação dos saberes e práticas tradicionais (benéficos) das mulheres sobre o seu entorno e a forma como lida com os recursos naturais.
4. Ausência de dados desagregados em vários setores, que levam a subestimar os papéis e contribuições das mulheres, e a intervenções insensíveis ao género que contribuem para agravar as desigualdades pré-existentes.

Espera-se que o DSG, ao descrever as dinâmicas sociais de género presentes nas várias comunidades abrangidas pelo Projeto REFLOR-CV, contribua para dar visibilidade de forma muito concreta às especificidades de género que precisam ser tidas em conta em projetos, programas e políticas públicas na área florestal, e agrícola em geral, com vista a evitar o aprofundamento de desigualdades pré-existentes, e contribuir para que tanto mulheres como homens possam beneficiar dos investimentos públicos neste domínio e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

II. OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO

O objetivo do DSG é caracterizar, analisar e compreender aspectos sociais e de género relevantes das 25 comunidades abrangidas pelo Projeto REFLOR-CV.⁸ Alinhado à estratégia de género da FAO,⁹ o diagnóstico deve contribuir para a compreensão:

- i. Dos papéis das mulheres e dos homens enquanto utilizadores dos recursos florestais, em particular dos mais vulneráveis,
- ii. Das dinâmicas sociais de género em face ao acesso a recursos produtivos, serviços (em particular florestais) e instituições locais, e capacidade de homens e mulheres das comunidades influenciarem na tomada de decisões (voz) e beneficiarem dos recursos naturais e das oportunidades económicas para melhorar o seu bem-estar individual e doméstico (agenciamento), e
- iii. Das necessidades, direitos e interesses de homens e mulheres e todas as partes interessadas na gestão florestal, aos vários níveis.

III. METODOLOGIA

O Diagnóstico privilegiou uma **metodologia qualitativa**, suscetível de explorar as dinâmicas sociais e de género na comunidade e analisar as perspetivas dos vários membros da comunidade e sobretudo das mulheres e dos grupos mais vulneráveis. A análise foi complementada por um **tratamento de dados quantitativos pré-existentes**, recorrendo nomeadamente aos dados do Censo 2010, IDRF III 2015 e RGA 2015.

IV. RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A. Acesso, controlo e benefício diferenciado de mulheres e homens aos recursos naturais

Nesta seção considerou-se o acesso a recursos fundamentais como a **água** e o **solo**, enquanto se questiona que controlo têm as mulheres e os homens sobre estes recursos e que benefício conseguem tirar do acesso e controlo que têm.

i. Água

Os **vieses sociais e de género** no acesso à **água** nas comunidades abrangidas pelo Projeto REFLOR-CV encontram-se substancialmente exacerbados pela situação de escassez de água na ilha de Santiago, após vários anos consecutivos de seca. Verificou-se:

- Um acesso é particularmente condicionado para as franjas mais pobres da população, devido ao custo económico da compra de água em autotanques, sabendo-se que as famílias chefiadas por mulheres estão sobre representadas entre as famílias em situação de pobreza.

⁸ Comunidades abrangidas pelo Projeto: 15 em Santiago, 7 no Fogo, 3 na Boavista

⁹ FAO (2013) Policy on Gender Equality: Attaining Food Security Goals in Agriculture and Rural Development

- Os idosos também vêm o seu acesso condicionado, quer por motivos económicos, quer por não se poderem deslocar a pontos de água, sabendo-se também que a população idosa é maioritariamente feminina.
- As relações sociais de género condicionam fortemente o acesso, controlo e benefícios:
 - As mulheres têm acesso à água sobretudo para fins domésticos (visto como responsabilidade intrínseca delas) e para a criação de animais (criação de animais das mulheres visa sobretudo o autoconsumo).
 - Os homens têm acesso à água para fins produtivos, seja na agricultura ou pecuária (animais de maior porte), retirando daí os benefícios do acesso à água.
 - Além disso, os agricultores estão em posição de tomada de decisão sobre a água (apesar das fontes de água serem mistas - destinadas a uso doméstico e rega): são essencialmente eles a retirar benefícios da água (rendimentos da agricultura, rendimento de criação de animais de maior porte para venda).
 - A distribuição de responsabilidades à luz das relações sociais de género em Santiago implica, num contexto de escassez de água, a agudização da situação das mulheres: não só elas não tiram os mesmos benefícios do acesso à água do que os homens (rendimento), como ficam em maior desvantagem, já que arcam com os impactos negativos da falta de acesso e de controlo sobre a água para uso doméstico, em termos de sobrecarga de tempo, saúde (delas próprias e dos familiares) e custos.

SANTIAGO: apesar de haver ligações domiciliárias na larga maioria das comunidades abrangidas pelo Projeto, não há acesso à água no domicílio há vários meses (13/15 comunidades); a maioria está sem um ponto ativo de água na comunidade (10/15 comunidades). A população está dependente do abastecimento por camião cisterna da Câmara ou Águas de Santiago, de frequência insuficiente para as necessidades. Têm assim de se abastecer em comunidades vizinhas, alugar carro para comprar água noutras zonas, ou recorrer a autotanque privado, o que impacta o tempo das mulheres (dias completamente dominado pela procurar água) e custos da água. Nas fontes mistas (água destinada à rega para agricultura e uso doméstico), situadas fora da comunidade e a que as mulheres se deslocam para obter água, o acesso é marcado por conflitos entre agricultores (homens) e mulheres que procuram água para uso doméstico (5/15 comunidades), devido ao baixo caudal dos pontos de acesso mistos. O impacto da escassez da água faz-se também sentir na pecuária, uma importante fonte de rendimento das comunidades: ou os animais morrem à sede ou a família tem de os vender a baixo preço. Apesar de algumas comunidades disporem de cisterna para captar água da chuva, estas estas estão vazias na ausência de chuva (havendo chuva, garante-se água até meados do mês de maio). Há cisternas a necessitar de reparação, as famílias mais pobres (sobretudo as chefiadas por mulheres) não têm meios para manter as cisternas em funcionamento ou construir uma cisterna. Duas comunidades têm situações específicas, num caso porque as fontes de abastecimento da comunidade foram submersas pela barragem de Saquinho e as condutas de distribuição e bombagem da água da barragem, embora instaladas, nunca foram postas em funcionamento; noutra, a comunidade tem um furo, contudo a máquina de bombagem esta estragada há 3 anos.

FOGO: regra geral (6/7 comunidades) têm acesso a água em casa e utilizam a água do reservatório para os animais. Contudo, em metade delas um número significativo de famílias

não tem ligação em casa e depende do reservatório (chafariz) também para o consumo doméstico. Nalgumas comunidades questões mecânicas dificultam o acesso à água no domicílio (diferencial entre ponto de acesso e comunidade). Ainda assim, a disponibilidade de água depende muito da queda de chuva, pelo que existe alguma penúria de água este ano. O acesso à água no reservatório é gerido mediante um tempo para as mulheres e outro para os homens. Apenas Chã das Caldeiras tem acesso à água totalmente por via de reservatório, para consumo doméstico e para os animais, e a gestão do reservatório é feito por uma pessoa dedicada, no caso uma mulher.

BOAVISTA: regra geral há acesso à água através das ligações domiciliárias, embora para algumas famílias através do chafariz. A água é para consumo doméstico e, de forma geral não existe água para rega. Todavia, na Bofareira existe um poço a cerca de 15-20 minutos de carro da comunidade, onde está sendo montada uma iniciativa de agricultura de regadio. A Associação local pediu cedência de terreno e o grupo de agricultores, todos homens, estão a receber apoio técnico do MAA.

ii. Solo

O acesso e controlo da terra é fundamental para os membros das comunidades beneficiárias do Projeto REFLOR-CV, em particular as de Santiago e do Fogo, onde a população vive em grande parte da **agricultura**, incluindo agricultura de sequeiro e de regadio, pecuária e pesca.¹⁰ No Fogo todas as comunidades praticam fruticultura. Algumas comunidades também exploram inertes (2 de Santiago, 3 do Fogo), uma atividade quase exclusiva das mulheres. Em Santiago produz-se pasto nos terrenos de agricultura de sequeiro (pós-colheita). Nas 4 comunidades em zonas altas, perto da floresta (maciços florestais de Serra Malagueta e de Rui Vaz, não o fazem, já que retiram o pasto da floresta. O mesmo se aplica às comunidades do Fogo (Monte Velha).

A rentabilidade da agricultura de sequeiro é muito diferenciada de comunidade para comunidade, sendo atribuída à qualidade do solos e microclima propício: nas zonas altas ela permite às pessoas viverem (ex. Serra Malagueta, Pedra Cumprida, Rui Vaz), enquanto noutras zonas não. A agricultura de regadio, mais rentável, ela tende a ser dominada pelos homens, apenas em Mosteiros Trás é referido que as mulheres também a praticam agricultura de regadio. Em Bofareira (Boavista), onde o MAA está a apoiar tecnicamente uma iniciativa de agricultura de regadio, a pedido da Associação local, o grupo é constituído por 3 homens.

Relativamente aos **direitos sobre a terra**, encontram-se várias situações, que são diferenciadas entre mulheres e homens. A primeira questão tem a ver com a plena propriedade, quer seja formal (documentada) ou informal (não documentada). Não sendo a pessoa que trabalha a terra o/a proprietário/a, a segunda questão diz respeito ao tipo de acesso/cedência que tem, que frequentemente é feito por acordo verbal.

¹⁰ As questões ligadas à silvicultura são tratadas mais à frente

Propriedade e outros direitos reais: situações encontradas nas comunidades

| Proprietário | Outros direitos reais contratualizados | Direitos consuetudinários (tradição) |
|--|---|---|
| ESTADO baldio | - | Zonas de pastagem |
| ESTADO perímetro florestal | Acordo de longo prazo | Acesso desde que autorizado |
| Privado (perímetro florestal ou fora do perímetro) | - | - |
| Rendeiro privado da comunidade | Exploração em regime de parceria mediante acordo verbal | - |
| Rendeiro privado ausente da comunidade (<i>imigrantes, herdeiros</i>) | Exploração em regime de parceria mediante acordo verbal | - |

Os **viéses sociais e de género** identificados incluem: um menor acesso das mulheres, comparativamente aos homens, a terra para agricultura (sobretudo no Fogo); um acesso a formas de exploração menos produtivas (Santiago e Fogo); direitos menos consolidados e consequentemente menor controlo sobre a terra. Os benefícios que tiram, em termos de rendimento, são consequentemente menores:

- As mulheres têm menor acesso às formas mais produtivas de exploração da terra (regadio), ficando consequentemente de fora dos investimentos feitos nesta área (Santiago)
- As mulheres estão mais representadas em formas menos seguras de exploração da terra (regime de trabalho repartido) (Santiago)
- São referidos viéses de género na documentação da titularidade, incluindo por parte do Estado na atribuição de Acordos de Longo Prazo (Santiago), não tendo ficado claro se o mesmo se verifica no Fogo (Chã das Caldeiras)
- As questões de titularidade impactam os investimentos que mulheres e homens podem fazer, mas em particular as mulheres, por serem menos vezes titulares do que os homens
- Quando há falta de acesso à terra e na ausência de outras alternativas, a extração de inertes é praticada (também por homens em Rocha Fora)

SANTIAGO: nas 3 comunidades em que os terrenos pertencem ao Estado, foram cedidos mediante uma autorização de longo prazo às famílias cultivarem a terra. Contudo foram concedidos essencialmente a homens, por serem considerados os chefes de família. Neste momento várias mulheres também são titulares deste tipo de autorização, devido a uma solicitação nesse sentido feita pela Associação de Rui Vaz. Noutras 3 comunidades, nem mulheres nem homens têm títulos dos terrenos em que trabalham (formal ou informal), ou acordo de exploração. Em 6 comunidades existe sobretudo propriedade privada por parte dos homens. Em várias destas comunidades esta titularidade é formal, comprovada com documentação, noutros casos é informal. Nestas comunidades o acesso das mulheres à terra é menor: têm acesso por via do marido, ou por via de cedência do proprietário. Em algumas comunidades é referido que mesmo quando as mulheres recebem terra por herança, são os irmãos e os maridos que decidem sobre todas as questões relativas aos terrenos. Nas restantes 3 comunidades, a maioria dos terrenos pertencem a terceiros que os cedem em regime de trabalho repartido/divisão dos produtos da colheita com o proprietário. Esta é uma modalidade de acesso à terra muito frequente para as mulheres, a diferença nestas comunidades é que esta é a situação mais comum tanto para homens como para mulheres. Numa das comunidades as mulheres queixam-se da precariedade deste tipo de cedência.

FOGO: em todas as comunidades analisadas, os terrenos pertencem a terceiros e são cedidos para cultivo: em 4 comunidades a cedência é feita quase só a homens e nas outras 3 a cedência é feita tanto a homens como a mulheres, mas sempre mais aos homens. O motivo para a preferência pelos homens prende-se com uma maior confiança dos proprietários na capacidade dos homens garantirem a produção, sobretudo quando se trata de produção de café ou outras frutas. Assim, regra geral o acesso à terra das mulheres é menor do que o dos homens, contudo em 5 comunidades é referenciado que a maioria das mulheres também tem acesso a terrenos para trabalhar. Apenas em Cutelo Alto se refere que elas não têm acesso. Em Chã das Caldeiras é referido a cedência de parcelas do Estado a famílias, para exploração agricultura de sequeiro: foram beneficiadas 30 famílias (parcelas na floresta, zona de Montinho), já que com a erupção do vulcão ficaram sem terreno. Será de interesse verificar os nomes constam na documentação da autorização de exploração já que, como referido para Santiago, tendencialmente a atribuição é feita a quem se considera ser o chefe de família, embora o formato de co-titularidade pudesse ser aplicado.

BOAVISTA: a ilha recebeu uma Operação de Cadastro Predial (formalização da titularidade), e as comunidades abrangidas pelo Projeto referem que os terrenos são essencialmente de privados, podendo ser titulares tanto os homens como as mulheres (dependendo de quem herdou a terra) e assim desenvolver agricultura (atualmente praticamente parada na ilha). Contudo constataram durante a Operação do Cadastro Predial que tendencialmente há mais homens titulares do que mulheres.

B. Ocupação/ocupações, sazonalidade, produtividade, rendimentos

Nesta seção considerou-se o perfil de atividades geradoras de renda de mulheres e homens nas comunidades abrangidas pelo Projeto REFLOR e suas características (sazonalidade, produtividade, etc.). Permitem caracterizar o perfil de rendimentos a que mulheres e homens têm acesso, enquanto benefício obtido a partir do acesso e controlo que têm sobre os recursos naturais e os recursos produtivos. As questões relativas à floresta e atividades florestais são apresentadas numa seção específica.

Todas as comunidades beneficiárias do Projeto REFLOR-CV têm em comum a **agricultura de sequeiro e pecuária**, praticada por homens e mulheres (embora de forma diferente) e, na maioria dos casos como atividade principal, com algumas exceções. Em comunidades onde a pesca é a principal ocupação dos homens (ex. Rincão), a agricultura de sequeiro passa a atividade complementar. Ou ainda, na Boavista e em Chã das Caldeiras, onde o turismo gera oportunidades de trabalho. Regra geral, as principais atividades produtivas das comunidades são sazonais e as famílias precisam de várias atividades/fontes de rendimento para sobreviver ao longo do ano.¹¹

Vieses de género em termos de perfil de ocupação, produtividade e rendimentos:

- Os homens têm acesso a ocupações/recursos mais rentáveis (ex. agricultura de regadio) e a trabalho remunerado, o que lhes permite investir, novamente, em ocupações mais rentáveis e tecnologias de produção.

¹¹ As atividades florestais são tratadas mais à frente em seção específica

- As mulheres não têm acesso a trabalho remunerado e quando têm, frequentemente ganham menos do que os homens (ex. jornada agrícola).
- Para sobreviver ao longo do ano, a maioria de homens e mulheres das comunidades têm de exercer várias atividades sazonais e, como as mulheres não têm acesso a atividades remuneradas, trabalham em ocupações complementares a nível da sobrevivência (venda ambulante, extração de inertes, etc.).
- Um motivo de fundo para que as mulheres estejam em situação de precariedade diz respeito às despesas que socioculturalmente lhe são atribuídas: os seus rendimentos são o que permite assegurar o consumo da família. A divisão entre trabalho remunerado e não remunerado (doméstico e de cuidados) estende-se a uma divisão desigual da aplicação dos rendimentos, que já e si são desiguais.
- A falta de acesso das mulheres às tecnologias de produção está ligada à sua incapacidade de fazer investimentos, mas também à forma como os serviços estatais canalizam os seus apoios e formações, que incidem sobre ocupações em que sobretudo os homens estão presentes (ex. agricultura de regadio, criação de animais de maior porte e, neste contexto, recolha e conservação de pasto, etc.), sem preocupação definir estratégias que garantam a participação de mulheres.

SANTIAGO: 3 atividades que são realizadas apenas por homens, a (i) pesca artesanal (5 comunidades), (ii) produção de aguardente (7 comunidades), (iii) agricultura de regadio ao longo do ano (6 comunidades). Em todas as comunidades as mulheres vendem produtos agrícolas, da pecuária e da pesca, enquanto os homens quase nunca se dedicam ao comércio e, quando o fazem, é para produtos específicos, como a venda de aguardente e de gado bovino e/ou grandes quantidades de produtos agrícolas. Outro tipo de comércio é quase exclusivo das mulheres (ex. venda ambulante/comércio informal), praticado quando precisam de complementar o seu rendimento. A recolha de pasto/ e lenha é feita por mulheres e homens. Em 12 comunidades, quase todas as famílias recebem com alguma regularidade remessas de familiares emigrados, apenas em 3 não existe grande tradição de imigração na comunidade. Em quase todas as comunidades há pessoas, sobretudo idosas, com pensão social. Mesmo quando as atividades são praticadas por homens e por mulheres, as tarefas assignadas a cada um são distintas, ao longo da cadeia de valor (ex. na agricultura as mulheres preparam as sementes, semeiam, plantam, transformam excedentes, os homens abrem a cova, fazem o rego, regam, cuidam das pragas; na pecuária, ambos limpam a casa dos animais, buscam pasto, as mulheres, ordenham, fazem açougue, vendem leite e ovos, os homens fazem pastoreio). Os animais que as mulheres criam são de menor porte por várias razões:

- É mais barato criar animais mais pequenos, consomem menos pasto e menos água.
- Dão lucro mais rápido e exigem menos investimento.
- São fáceis de vender e raramente perdem valor (ex. porco versus vaca, que em época de seca tem de ser vendida a perder).
- Preferem criar animais que ficam perto de casa, permite-lhes gerir melhor o tempo.
- Numa comunidade é referido que têm medo de ir para longe fazer pastagem pois não é seguro para elas, têm medo de ser atacadas por homens de outras comunidades.

Os homens por sua vez criam animais de maior porte (ex. gado bovino) porque têm maior valor no mercado e eles têm mais capacidade de investimento do que as mulheres.

A forma de recolha de pasto para os animais também é diferente entre homens e mulheres:

- As necessidades de pasto dos homens são maiores, por criarem animais de maior porte
- As mulheres no geral vão em grupo recolher o pasto, o que nalgumas comunidades é referido como uma das poucas ocasiões que têm de convívio.
- Os homens têm maior conhecimento sobre a forma de conservar o pasto nalgumas comunidades, por terem sido contemplados com formação (5 comunidades).

Produtividade / rendimento obtido:

- As atividades que dão mais rendimento são as da agricultura de regadio
- A produção de aguardente também é fonte de rendimento, na época própria
- Os rendimentos e segurança alimentar obtidos da agricultura de sequeiro variam de acordo com a comunidade (altitude / microclima) e em função da chuva/seca.
- A transformação é pouco referida e apenas para consumo familiar (ex. doces com o excedente da produção, pequenas quantidades de licores).
- Devido à natureza sazonal das atividades, e riscos associados obtenção de colheitas, são necessárias várias fontes de rendimento para sobreviver ao longo do ano (pelo menos 3)
- Homens têm mais possibilidade de ter trabalho remunerado, ao longo do ano inteiro, mesmo que sejam biscates (ex. construção civil)
- Nas alturas mais intensas do ano agrícola há trabalho remunerado e tanto se contratam homens como mulheres. Contudo na maioria das comunidades os homens recebem mais do que as mulheres por uma jornada de trabalho (1.200 ECV versus 1.000 ECV).

Globalmente é referido que as **mulheres têm rendimentos baixos e muito instáveis**, quase sempre dependem da venda do pequeno gado ou do comércio informal. Os homens têm mais rendimento, porque se dedicam a atividades mais rentáveis, como a agricultura de regadio, produção de aguardente, etc. Na pecuária, o rendimento dos homens é maior, mas também geralmente mais esporádico, e lucro depende da forma de criação (pastagem extensiva ou acesso a pasto – zonas altas). Em algumas comunidades (terras mais altas), as mulheres têm as mesmas fontes de rendimento do que os homens (em teoria, já que na prática as tarefas são diferentes para homens e mulheres) contudo, mesmo assim, nunca têm a mesma capacidade de fazer investimentos que os homens, visto que as mulheres têm **maiores responsabilidade nas despesas da casa**.

FOGO: as mulheres recolhem pasto em zonas próximas da comunidade, os homens nas zonas florestais (distantes da comunidade). A pesca artesanal é feita pelos homens (3 comunidades), as mulheres transportam e vendem o peixe. A comercialização de produtos agrícolas e da pecuária cabe tanto a homens como a mulheres. Apesar dos homens terem consideravelmente mais acesso ao trabalho remunerado, em 3 comunidades também as mulheres têm esse acesso. Existe maior diversidade de atividades produtivas no Fogo, quer a nível de produção agrícola, quer em outros sectores. A maioria das famílias das comunidades visitadas recebem remessas de familiares e a pensão social abrange algumas pessoas, sobretudo idosas, em várias comunidades. Como em Santiago, existe tarefas assignadas a mulheres e a homens: no caso da pecuária, de forma em tudo semelhante a Santiago. No caso da agricultura, com uma distribuição de trabalho maior para os homens:

- A participação das mulheres na agricultura é caracterizada como “*as mulheres trabalham ao lado do marido na agricultura de sequeiro e produção de fruta*”, evocando uma participação de ajudante e subalterna.
- Apesar das mulheres também trabalharem na produção de uva, os homens consideram que eles se ocupam dos trabalhos de maior esforço na produção da uva.
- Produção de café: homens participam em todas as fases (limpeza, plantação, poda, guardam terreno na época da produção e colheita). As mulheres participam na colheita.
- Como já referido, os proprietários dos terrenos têm maior confiança na capacidade dos homens garantirem a produção, sobretudo na produção de café ou outras frutas, pelo que os terrenos são mais cedidos aos homens (parceria), e também mais contratados.

BOAVISTA: o perfil de ocupação tem características completamente diferentes de Santiago e Fogo. O turismo gera oportunidades e a maioria das pessoas sai da comunidade para trabalhar no setor dos serviços, conjugando essa atividade com criação de animais. Nas gerações mais jovens tanto homens e como mulheres trabalham nos serviços, embora na faixa etária dos 30-50 anos sejam mais os homens a ter acesso ao trabalho remunerado. Na pecuária, tradicionalmente os homens criavam vacas e cabras de forma extensiva (menos trabalho e despesa), mas só é possível havendo chuva e pasto. Agora criam em confinamento (redução de efetivos) e também passaram a criar animais de menor porte, como as mulheres. A pecuária é uma atividade complementar, para auto-consumo e para venda (animais de pequeno porte no caso das mulheres) e produção de queijo. A agricultura na ilha encontra-se praticamente parada (há cerca de 4 anos), devido à seca/falta de água e à redução de espaços agrícolas (invasidos por acácia + animais à solta). Existem conflitos entre os agricultores e os criadores de gado, porque é frequente a invasão dos animais nas propriedades agrícolas privadas. Entre as novas gerações há perda de interesse na agricultura, sobretudo na agricultura de sequeiro. Na Bofareira um terreno com poço foi cedido pelo Estado para agricultura de regadio, mas envolvendo apenas homens. Sem ser nas comunidades (deserto de areia e pedreira) é praticada extração de brita (mulheres) e de areia e brita (homens, em maior quantidade).

C. Floresta e atividades florestais

Nesta seção são apresentados alguns apontamentos sobre o tipo de florestação em diferentes zonas e a titularidade dos terrenos, e o acesso que mulheres e homens têm à floresta. Traçado o contexto de acesso e controlo sobre perímetros florestais/áreas com alguma florestação, podem ser analisados os benefícios que as comunidades, mulheres e homens retiram destes perímetros/zonas. São também abordadas algumas questões de gestão florestal.

i. Floresta

A noção de floresta depende do **tipo de vegetação** de que as comunidades beneficiárias do Projeto REFLOR-CV dispõem na sua proximidade:

- Florestação de tipo silvopastoril, ou seja, vegetação típica das zonas árida ou muito árida.
- Florestação com espécies vegetais endémicas, espécies lenhosas arbustivas e arbóreas (baixa densidade), ou seja, vegetação típica da zona sub-húmida.
- Vegetação típica de zona húmida, o que acontece em comunidades situadas a maior altitude: contam com florestação mais diversificada e, comparativamente, densa.

Para além, das características da vegetação, também a **distância física** da floresta em relação à comunidade condiciona o sentimento de pertença expresso pela comunidade.

- A relação de proximidade com a floresta está patente essencialmente em 4 comunidades de **Santiago** (Serra Malagueta, Pedra Cumprida, Rui Vaz e Longueira): é vista como recurso da comunidade a preservar e fonte de quase todos os rendimentos que podem ter.
- As restantes comunidades de Santiago (11), com florestação de tipo silvopastoril (vegetação típica das zonas árida ou muito árida), referem-se a **área de pastagem** ou **tchada**. Os **perímetros** identificados no âmbito do Projeto ficam longe da comunidade (1 hora ou mais a pé da comunidade em pelo menos metade das comunidades).
- Em todas as comunidades do **Fogo** a atenção à floresta e à sua conservação é notória. Para quase todas, a floresta fica a uma distância de 1 a 2 horas a pé, o que condiciona todas as tarefas florestais, essencialmente desempenhadas pelos homens.
- Nas 3 comunidades visitadas da **Boavista**, a área florestada é de tipo silvopastoril, as acácias americanas são chamadas “*desgraçode*” e os membros da comunidade apelam à sua erradicação/ controlo do seu crescimento, para evitar a perda dos espaços agrícolas e abandono da prática agrícola. A invasão dos animais soltos nas propriedades cultivadas é também causa de perda de espaços agrícolas, e os participantes com mais idade explicam como era o ecossistema antes da colocação das acácias (invasão da areia).

Em termos de **titularidade** dos perímetros florestais e áreas de pastagem, e **acesso**:

- Os terrenos dos perímetros florestais de Monte Velha, Serra Malagueta, RuiVaz/Pico d’Antónia, são do Estado, havendo por vezes cedência para exploração agrícola.
- Existem ainda terrenos privados (situação referenciada no Fogo): é feita exploração agrícola e exploração florestal, diretamente pelos proprietários ou mediante cedência.
- A totalidade das comunidades “próximas” destes perímetros (**4 Santiago e 7 no Fogo**) consideram que qualquer membro da comunidade tem **acesso** à floresta, desde que autorizado (acesso organizado e supervisionado pelos guardas, recolha de lenha carece de autorização). Regra geral não há conflitos, contudo alguns pontos de fricção são notados.
- Nas restantes 14 comunidades beneficiárias do Projeto REFLOR-CV (**11 em Santiago e 3 na Boavista**), existem situações de terreno baldio do Estado, que as comunidades utilizam como zona de pastagem.
- Existem ainda terrenos privados nas zonas de pastagem/tchada, explorados pelos proprietários ou mediante cedência. Apesar de serem terrenos de privados são aproveitados como se de baldio do Estado se tratasse, o que na Boavista é fonte de conflito.

Vieses de género nas atividades florestais e benefícios obtidos:

- São marcados, sobretudo no Fogo, onde existem fortes impedimentos socio-culturais à participação das mulheres. Com base em estereótipos sobre força física, capacidade para alguns trabalhos, e no controlo social da mobilidade das mulheres, elas estão praticamente excluídas de várias atividades florestais, da agricultura em geral e do trabalho remunerado no âmbito do Projeto. A desvalorização da capacidade e do trabalho das mulheres está patente na forte diferenciação entre remuneração das mulheres e dos homens.

- A capacidade das comunidades retirarem benefícios/rendimento da floresta depende de vários fatores, a equacionar explicitamente, em particular: as questões de titularidade; os tipos de floresta (abordagem de gestão florestal/conservação do solo, de acordo com os sistemas de utilização de terras das comunidades); e o amadurecimento do modelo de co-gestão a praticar.
- Os rendimentos obtidos da floresta, sobretudo no Fogo, mas também em Santiago, são mais favoráveis aos homens (ex. lenha para produção de grogue, pasto para animais de maior porte). Existem por outro lado há atividades realizadas predominantemente por mulheres, como a produção de carvão (mulheres em Santiago) e a recolha e uso de ervas medicinais, cujo potencial de desenvolvimento deve ser analisado.

ii. Atividades florestais realizadas por comunidades (Fogo e Santiago)

As atividades florestais realizadas nas comunidades beneficiárias do Projeto em Fogo e Santiago abarcam as atividades constantes do quadro abaixo.

| | Santiago | Fogo |
|--------------------------|----------|------|
| Recolha de lenha | 15 | 6 |
| Recolha de lenha & venda | 4 | 4 |
| Produção de carvão | 1 | 0 |
| Madeira (casa animais) | 15 | 6 |
| Recolha de pasto | 15 | |
| Recolha de pasto & venda | 4 | |
| Pastagem extensiva | 11 | |
| Plantas medicinais | 6 | 7 |
| Agricultura na floresta | 4 | 6 |
| Frutas na floresta | 0 | 5 |
| “Caça” | 3 | 7 |

Lenha para autoconsumo: quase um denominador comum a todas as comunidades do **Fogo** e **Santiago**, apenas Mosteiros Trás refere comprar lenha a outras comunidades. A lenha recolhida na lógica de autoconsumo serve essencialmente para cocção e é associada à pobreza (falta de meios para cozinhar com gás) e, em particular, às mulheres em situação de pobreza. Regra geral, todos na comunidade usam gás (ex. época da chuva, quando a lenha está molhada, quando têm de cozinhar a noite ou estação fria, para ferver leite ou água para chá, etc.). Na **Boavista** o uso doméstico de lenha não é expressivo: é utilizado sobretudo por pessoas com mais idade e/ou para cozinhar algumas comidas (tempo, sabor).

Madeira: em 21 das comunidades visitadas (todas as de **Santiago**, 6 do **Fogo**) é apanhada para a construção das casas dos animais. recolhida pelos homens, que provavelmente também precisam mais dela tendo em conta que fazem criação de animais de maior porte. No **Fogo** a madeira é ainda utilizada na construção, para o telhado das casas (pinho considerado mais resistente). No Fogo são referidas algumas práticas de corte indevido de árvores (árvores de maior porte, espécies específicas) (ex. donos de terrenos sentem-se no direito de fazer cortes ilegais com moto serras). Na **Boavista** é indicado que não há madeira.

Apanha de pasto: atividade comum a quase todas as comunidades do **Fogo** e **Santiago**. Usam as plantas forrageiras e banana das acácias, serve de alimento para os animais. É uma atividade

valorizada pela importância da pecuária na alimentação e renda familiar (criação e comercialização de animais).

Agricultura de sequeiro nas zonas florestais é praticada sobretudo no Fogo e alguma em Santiago, nas 4 comunidades situadas nos perímetros florestais.

Plantas medicinais: são valorizadas pelas comunidades que a elas têm acesso (consumo familiar e medicinal): 6 comunidades em Santiago e todas as do Fogo. Entre outras, a erva-doce, losna, alecrim, eucalipto. Nas zonas áridas/semiáridas (txada) não há plantas medicinais, o que também acontece na Boavista.

Frutas: 5 comunidades do Fogo têm acesso a frutas, como manga, banana, goiaba, laranja, caju, papaia, jaca, laranja. Em Chã das Caldeiras especificamente a variedade é maior (ex. uva, figos, maçã, marmelo, pêsego).

“Caça”: comunidades do **Fogo** têm **galinha do mato**, 3 comunidades de **Santiago** apanham-se **macacos**. De referir que a prática de caçar macacos acontece num contexto de relações de conflito/competição entre o ser humano/animal, já que estes podem destruir as culturas.

Trabalho remunerado: havendo Projetos específicos em curso, os membros da comunidade podem executar tarefas florestais, como é o caso no Projeto REFLOR-CV. Os trabalhos de reflorestação incluem: preparação de caldeiras, covas, plantação de espécies específicas; também é feita a limpeza da floresta, a construção de banquetas, estabelecimento de viveiros para produção de plantas.

Há diferenças significativas nas tarefas ligadas à floresta realizadas por mulheres e homens, bem como os fins a que se destinam, o que condiciona os seus respetivos benefícios:

Trabalho remunerado no âmbito do Projeto REFLOR-CV:

- Em Santiago a remuneração no Projeto é de 350 ECV por dia (jornada de 5h) e no Fogo de 800 ECV dia, igual para mulheres e homens. Os controladores dos trabalhos, que ganham um pouco mais (500 ECV), são homens.
- Este valor é baixo quando comparado com a remuneração praticada na contratação para tarefas agrícolas (jornada de trabalho de 8h, valor de mercado):
 - Santiago: 1.000 a 1.200 ECV por dia. Nalgumas comunidades pratica-se o mesmo valor para mulheres e homens, mas na maioria as mulheres recebem 1.000 ECV e os homens 1.200 ECV.
 - Fogo: 1.500 ECV por dia para os homens e 800 ECV por dia para as mulheres, uma diferença muito substancial e que dá ideia do pouco valor dado à capacidade das mulheres, neste caso para atividades exigentes fisicamente

As mulheres em Santiago, apesar de considerarem a remuneração do Projeto baixa, valorizam o facto de ser um rendimento fixo, durante o tempo do contrato com a Associação, diferente da contratação para tarefas agrícolas. Os homens em Santiago não estão interessados neste trabalho, porque têm acesso a trabalho remunerado mais rentável, pelo que a maioria dos beneficiados com trabalho no Projeto em Santiago são mulheres (64,7%). No Fogo, a larga maioria dos beneficiados com trabalho pelas oportunidades de trabalho no Projeto são, pelo contrário, homens (apenas 17,6% mulheres e 3 Associações no Fogo não contrataram nenhuma mulher).

| | Nº de Trabalhadore(a)s REFLOR Agosto 2019 a Julho 2020 | | | | | |
|---------------------------------------|--|-------------|------------|-------------|------------|------------|
| | Nº mulheres | % mulheres | Nº homens | % homens | Nº total | % |
| SANTIAGO (contratos c/ 10 ADC) | 390 | 64,7 | 213 | 35,3 | 603 | 100 |
| FOGO (contrato com 10 ADC) | 29 | 17,6 | 136 | 82,4 | 165 | 100 |
| TOTAL GERAL | 419 | 54,6 | 349 | 45,4 | 768 | 100 |

No Fogo existe o entendimento de que os homens fazem os trabalhos mais pesados na floresta e no campo, e as mulheres os trabalhos mais leves, ficando sobretudo na produção de plantas. Se as mulheres fizessem os mesmos trabalhos do que os homens, estes exigiriam um pagamento mais elevado do que o delas. Um dos motivos invocado para o trabalho na floresta no Fogo ser efetuado por homens é a distância da floresta (1 a 2 horas de caminho, tido como cansativo para as mulheres que, chegando ao local, já não teriam força para trabalhar), contudo, na vertente viveiro/plantas, as mulheres fazem esse mesmo caminho, carregando as plantas à cabeça, para a sua implantação na floresta. Realizam ainda muitas outras tarefas exigentes fisicamente no seu dia a dia próximo de casa, como carregar água, cuidar de animais, etc. A força física tem uma forte dimensão de construção psicológica e social e, como veremos noutras seções do relatório, no Fogo a divisão entre espaço doméstico (da mulher) e espaço público (do homem) é muito vincada e existem mecanismos de controlo social à participação das mulheres, em geral, bem como estereótipos de género quanto à sua capacidade para alguns trabalhos. Tendo em conta que as famílias pobres (um dos critérios para ser beneficiado com trabalho no âmbito de um Projeto) muitas vezes são chefiadas por mulheres, a Associação de Pai António apesar de apenas contratar homens, pede as mulheres selecionadas que indiquem um membro da família (ex. filho) para realizar o trabalho.

Atividades florestais que geram renda

Venda de lenha: 8 comunidades beneficiárias do Projeto (**4 Santiago, 4 Fogo**),¹², atividade sazonal.

SANTIAGO: cada carro DINA 250 de lenha é 8 mil escudos, e no Fogo 400 escudos por molho. Em termos de tarefas, em **Santiago**, no geral os homens cortam a lenha, as mulheres recolhem e fazem feixos, são também elas que transportam para casa e comercializam (vendem a pessoas de outras comunidades).

FOGO: existe uma equipa do MAA para retirar e vender lenha (postos de venda à saída do perímetro), mas não havendo em quantidade suficiente, as pessoas podem pedir autorização e ir buscar. Há um mínimo, para autoconsumo, que não é cobrado e se retiram lenha de uma área em que ajuda a limpar a floresta, também não é cobrada. Quando os terrenos são privados, a lenha é dos proprietários, contudo não podem retirar sem autorização e devem ser acompanhados para saber como e onde tirar. São sobretudo os homens que recolhem a lenha porque são eles que trabalham na floresta e que têm autorização dos guardas florestais buscar lenha. Para além disso, retiram rendimento da venda de lenha (cada molho de lenha é vendido por 400 escudos, o que representa um rendimento considerável, principalmente para jovens rapazes). Apesar da distância de 1 a 2 horas da floresta, os homens vão lá, mesmo não havendo

¹² Rui Vaz, Longueira, Serra Malagueta, Pedra Comprido, Rocha Fora, Cutelo Alto, Chã das Caldeiras

atividades do Projeto, porque a maioria tem animais perto do perímetro, algumas pessoas têm plantações. Em Rocha Fora, o transporte da lenha é feito arrastando os troncos no chão, o que tem consequências em termos de erosão do solo.

Lenha para fins produtivos:

SANTIAGO: os homens usam na produção de grogue. A produção e venda de carvão é uma atividade das mulheres de 1 comunidade de Santiago (Ponta Furna). O carvão é vendido, mas é uma atividade produtiva exigente: é realizada de noite, pois durante o dia têm as demais tarefas de agricultura e pecuária, para além das tarefas domésticas. É usado forno, mas sem tecnologias de fornos melhorados. Várias comunidades de zonas áridas e semiáridas têm interesse em produzir carvão como fonte de rendimento adicional.

BOAVISTA: algumas pessoas (mulheres e homens) recolhem lenha de acácia e transformam em carvão (nos seus terrenos, de familiares, ou baldio do Estado). Os restaurantes que fazem comida na grelha, mas também pessoas singulares, compram carvão.

Pastagem extensiva:

Praticada pelos homens, sobretudo em Santiago (11 comunidades) e também na Boavista, embora não neste momento (inexistência de pasto, em virtude dos 4 anos de seca). Na Boavista a passagem extensiva é reconhecida como um problema para a agricultura, mas em Santiago, em 3 comunidades – Rincão, Figueira das Naus e Achada Ponta, não existe consenso sobre o impacto de ter os animais à solta sobre a conservação do solo.

Recolha e venda de pasto:

É recolhido tanto por mulheres como homens, e até por crianças. Os homens recolhem mais pasto do que as mulheres, devido ao tipo de animais que criam, de maior porte, que necessitam de mais alimento. As mulheres tendem a recolher pasto mais próximo de casa, sobretudo no **Fogo**. Em **Santiago** é frequente as mulheres irem recolher pasto em grupo. Nalgumas comunidades é referido como uma das poucas ocasiões que têm de convívio, tendo em conta o seu dia cheio de afazeres. Em Santiago 4 comunidades (zonas altas) **vendem pasto** (cada carrada de pasto é 30 mil escudos, preço na época de seca). No Fogo foi mencionada a possibilidade de se estabelecer um banco de pasto.

iii. Gestão florestal

Cabe às entidades de Estado: é feita pelo MAA e guardas florestais nos terrenos do Estado. Havendo propriedades privadas, os proprietários fazem a gestão do que é seu, e cada um tem responsabilidades e deve cumprir regras. Os **guardas florestais**, que estão no terreno consideram que o Estado poderia fazer mais em termos de limpeza da floresta e armazenamento do que é retirado, para venda a um preço simbólico, como forma de conservar a floresta (limpar a floresta de árvores em más condições, evitar incêndios, etc.) – tarefas que neste momento estão a ser feitas pelas comunidades. As Delegações do MAA têm uma programação sistemática na área da agricultura (ex. apoio técnico). Mas na área da gestão florestal, a realização de atividades no terreno está extremamente dependente da disponibilidade de fundos.

Os guardas florestais são favoráveis a uma participação efetiva das comunidades. As instituições são favoráveis à ideia de partilha de responsabilidades com as comunidades para a gestão florestal. A adoção de comportamentos pró-ambiente é uma das vertentes referida, enquanto outra vertente é a responsabilização das comunidades pela floresta. De momento a participação das comunidades não vai além da realização de tarefas específicas de gestão florestal, no contexto de parcerias/protocolos com as Associações locais (versus modelo de co-gestão). Vários aspetos não são considerados de forma explícita nas parcerias e ficam no campo dos pressupostos implícitos:

«A floresta é um bem da comunidade»

São poucas as comunidades que sentem a floresta como delas, ou mesmo que consideram que têm floresta. As questões de titularidade dos terrenos impactam a possibilidade de trabalhar com a comunidade na gestão florestal e o envolvimento das comunidades é possível sobretudo quando os terrenos são do Estado, ou quando há uma área extensa do Estado. A figura do **rendeiro / proprietário** precisa ser mais explícita e utilizada no contexto florestal, para que fique claro quem são os detentores de obrigações no contexto da gestão florestal, sob risco de se falar indevidamente de gestão florestal pela comunidade.

«A floresta serve mais as pessoas da comunidade do que o Estado»

Todos temos direito a um ambiente de vida humana sadio e ecologicamente equilibrado, o Estado é o principal detentor de obrigações em relação aos direitos ambientais, e estes direitos são de toda a população de Cabo Verde incluindo a população das comunidades (detentores de direitos). Se as comunidades passam de ter um papel sobretudo de detentores de obrigações em relação à floresta (na vez do Estado), com um papel mais importante na gestão florestal, ele é desempenhado em benefício de toda a população. Este papel não deve ser confundido com um trabalho em seu próprio benefício.

«A comunidade pode tirar rendimento da exploração florestal»

Os benefícios que as comunidades tiram da floresta dependem muito da zona em que estão inseridas (clima), tipo de floresta e modalidade de acesso à terra. **Algumas** comunidades conseguem obter algum rendimento de produtos florestais (ex. venda de lenha, venda de pasto, mas maioria usa produtos florestais para auto-consumo): são atividades/rendimentos sazonais e, no mundo rural, são necessárias várias fontes de rendimento necessárias para assegurar o bem-estar da família ao longo de todo o ano. Para uma exploração rentável de produtos florestais terá de haver mais investimentos (ex. competências empresariais, capacidade de investimento, acompanhamento, etc.). No trabalho remunerado, as remunerações praticadas no contexto do Projeto REFLOR-CV são mais baixas do que a remuneração praticada para outras contratações no meio rural (ex. jornada de trabalho agrícola), o que leva por exemplo a que em Santiago a maioria dos beneficiados com remuneração sejam mulheres, já que os homens não se interessam pelo valor proposto. O trabalho na floresta impacta o tempo de mulheres e homens e entra em concorrência com o seu trabalho remunerado na agricultura, penalizando em particular as mulheres.

D. Responsabilidades e tempo dedicado a trabalho remunerado e não remunerado

Foi realizado um exercício de rotinas diárias com as comunidades, para melhor compreender como decorre um dia típico das mulheres e dos homens nas comunidades, as responsabilidades e o tempo dedicado por cada um/a ao trabalho remunerado e não remunerado. Este exercício foi realizado para identificar tendências gerais a título ilustrativo, mas os dados não podem ser tratados como indicadores quantitativos significativos, eles apenas representam as 2 rotinas diárias escolhidas para discussão no Encontro Comunitário pelos/as participantes. As tarefas (identificadas pelo/as participantes, sem contabilizar o dormir) foram classificadas em trabalho remunerado (TR), trabalho não remunerado (TNR) e tempo de lazer/autocuidado:

- TR: agricultura, horta, recolher pasto, cuidar animais, trabalho REFLOR-CV pesca, etc.
- TNR: limpar casa, lavar roupa, cuidar das crianças/idosos, preparar refeições, buscar lenha.¹³ A recolha de água está ausente de todas as rotinas diárias: no Fogo e na Boavista, porque a população tem acesso a água no domicílio, no caso de Santiago, como referido acima, porque as tarefas relativas à água são atípicas neste momento de penúria de água, podem ocupar um dia inteiro das mulheres em dias específicos.
- Tempo de lazer/autocuidado: ver telejornal/novela, conviver com amigos, desporto, descansar/sesta, tomar refeições, higiene pessoal.

Em termos gerais pode-se constatar que:

- Os homens praticamente não realizam trabalho não remunerado, este apenas surge referenciado numa rotina diária masculina (Bofareia/Boavista): 1 hora de trabalho doméstico (preparar refeição), num perfil de tipo estudante da formação profissional.
- As mulheres dedicam em média 6:30,¹⁴ 7:31 e 8:45 do seu dia ao trabalho doméstico e de cuidados nas comunidades em Santiago, Fogo e Boavista, respetivamente.
- Os homens dedicam regra geral mais tempo ao trabalho remunerado: nas comunidades de Santiago em média mais 1:15 (homens 8:51 e mulheres 7:36), Fogo mais 3:47 (homens 8:22 e mulheres 4:35) e Boavista mais 4:47 (homens 9:22 e mulheres 4:35).
- Regra geral os homens têm mais tempo de lazer e autocuidado durante o dia do que as mulheres: nas comunidades de Santiago em média mais 3:24 (homens 5:54 e mulheres 2:30) e Fogo mais 4:55 (homens 7:05 e mulheres 3:10). Na Boavista existe algum equilíbrio (homens 5:00 e mulheres 4:37). Na maioria das rotinas diárias das mulheres estas esquecem-se de colocar o tempo que usam para tratar da sua higiene pessoal e, em algumas, para comer, apenas colocam o tempo de preparar a refeição, o que dá a dimensão da pouca atenção e tempo que têm para dedicar a elas próprias.

Carga global de trabalho: é um indicador sintético que traduz a intensidade do trabalho, em termos de horas totais de trabalhos produtivos e reprodutivos realizados ao longo do dia, ou seja, contempla o total do TR e TNR realizado por mulheres e homens ao longo do dia. Os resultados da carga global de trabalho são de seguida apresentados como diferencial entre homens e mulheres: o valor assinalado corresponde assim às horas que um dos sexos trabalha a mais do que o outro, seja TR ou TNR: apenas num caso (Bofareira) mulheres e homens têm a mesma carga total de trabalho, nas demais comunidades as mulheres trabalham sempre mais horas, diferencial que varia de mais 1 hora diária a mais 7h30 diárias. Apesar dos homens

¹³ A recolha de lenha é por vezes uma atividade remunerada (quando se destina a venda), contudo não foram recolhidos elementos que permitam determinar em que proporção é TR e TNR. Foi contabilizada como TNR.

¹⁴ 6:30 corresponde a seis horas e trinta minutos (hh:mm)

dedicarem mais tempo ao TR do que as mulheres, a carga geral das mulheres é superior à dos homens, considerando que acumulam o TNR e TR. Em Santiago 61,4% do trabalho total é efetuado pelas mulheres, 59,1% no Fogo e 55,6% na Boavista.

Carga Total de Trabalho (TR+TNR) média (horas:minutos) e % do tempo total dedicado ao TR e TNR por sexo e por ilha (abrangidas pelo Projeto REFLOR-CV)

| | Total Homens & Mulheres | | Carga total de trabalho | | | |
|-----------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|---------------------------|-----------------------------|
| | TR | TNR | % TR | % TNR | % desempenhado por homens | % desempenhado por mulheres |
| SANTIAGO | 16:27 | 06:30 | 71,7 | 28,3 | 38,6 | 61,4 |
| FOGO | 12:57 | 07:31 | 63,3 | 36,7 | 40,9 | 59,1 |
| BOAVISTA | 11:00 | 09:15 | 54,3 | 45,7 | 44,4 | 55,6 |

Há vários **vieses geracionais e de género** nas responsabilidades de mulheres e homens e tempo dedicado ao TR e TNR. Estas informações não são novas, dado que em 2012 foi realizado em Cabo Verde um Inquérito sobre Uso do Tempo.¹⁵ Verificou-se, muito especificamente nas comunidades beneficiárias do Projeto que:

- A divisão de tarefas entre mulheres e homens, nas rotinas analisadas, é muito vincada, já que todas as responsabilidades com o TNR recaem sobre as mulheres.
- Esta distribuição de responsabilidade leva à sobrecarga das mulheres que, acumulam o TNR com o TR, de forma particularmente marcada nas comunidades em Santiago.
- Esta divisão à luz dos papéis tradicionais de género traduz-se numa sobrecarga física e emocional das mulheres, conforme verbalizado por elas nos encontros comunitários.
- Além disso, pode traduzir-se numa perda de oportunidade de participação no TR, ficando elas mais dependentes ou, como se verificou, sem atividades de lazer e de autocuidado.
- Este aspeto é particularmente preocupante no Fogo, já que as mulheres têm um menor acesso ao TR, inclusivamente no âmbito do Projeto REFLOR-CV, num contexto de pobreza e de falta de acesso e controle sobre os recursos.
- Os papéis tradicionais de género assignados a mulheres e homens e a sobrecarga com o TNR condicionam o tipo de TR a que têm acesso e tempo despendido.
- Nas comunidades mais próximas de meios urbanos há maior diversidade das rotinas diárias (para mulheres e homens), ligados a oportunidades de trabalho mais diversificadas, um efeito aliado à idade (geração mais nova) e certamente também ao nível educativo, que contribui para uma atenuação da sobrecarga e dependência económica das mulheres.
- O exercício sobre rotinas diárias teve um importante efeito formativo: o trabalho conjunto em plenária permitiu aos participantes visualizar e comparar as rotinas dos/as outros/as e verificar que tinham uma ideia vaga (não sistematizada) da rotina pessoal de mulheres e homens, de pessoas com ocupações diferentes e/ou de gerações diferentes.
- Os homens não tinham noção da discrepância entre o seu tempo e o tempo das mulheres, pelo contrário, tinham a ideia de que os homens têm mais ocupação do que as mulheres.
- É fundamental que este trabalho seja aprofundado junto das comunidades e dos técnicos do MAA a todos os níveis, para uma melhor compreensão do impacto do TNR na vida das mulheres rurais e comunidades, e do valor económico do TNR, além do seu contributo

¹⁵ <http://ine.cv/publicacoes/inquerito-multi-objectivo-continuo-2012-uso-do-tempo-em-cabo-verde/>

para o bem-estar de todos. A forma como o TNR contribui para o sustento da família não está clara para os vários atores (tradicionalmente o homem é visto como provedor da família) e a pobreza de tempo das mulheres, está profundamente associada à pobreza feminina, em particular das famílias chefiadas por mulheres, e reprodução da pobreza.

- É ainda importante que as dinâmicas de TR e TNR identificadas em razão do género sejam tidas em conta nas políticas florestais, em particular na discussão da abordagem participativa da gestão florestal, que implica repassar responsabilidades e tarefas às comunidades, mas que implica igualmente repassar meios, tendo em conta que o processo não pode sobrecarregar sem justa retribuição o tempo das mulheres e homens, que no caso das mulheres já é exíguo. Ficou claro que tanto no caso dos homens, como das mulheres, a assunção de novas tarefas/responsabilidades está em concorrência com outras tarefas, em particular de agricultura e especialmente no caso das mulheres, uma questão a equacionar. Adicionalmente uma das razões para que mais mulheres estejam mais implicadas do que os homens nas atividades do REFLOR-CV em Santiago, prende-se com o baixo valor da remuneração, que não interessa aos homens, que têm maior acesso ao TR, o que pode contribuir para reproduzir o seu acesso a trabalho a nível da sobrevivência.

SANTIAGO: todas as rotinas analisadas mostram a importância da agricultura e da pecuária, nas comunidades beneficiárias de Santiago, enquanto TR quer para mulheres como homens. Nalgumas comunidades são dedicadas menos de 3 horas diárias à agricultura: 4 comunidades têm de momento como TR principal as atividades do REFLOR-CV, ao qual dedicam diariamente cerca de 5 a 5h30, em detrimento da agricultura, que neste momento, passou a ter estatuto de segunda atividade de TR ou atividade complementar (considerando apenas o indicador de tempo dedicado). Note-se que quando o trabalho de campo foi realizado, o momento era de sementeira. Em Rincão também é dedicado pouco tempo à agricultura, sendo que tanto homens como mulheres se dedicam a outro TR principal (homens à pesca com 7:30 diárias, a partir das 02h da manhã & mulheres à extração de inertes com 5:50 diárias). Os homens dedicam mais tempo à recolha de pasto (em média mais de 1:40 por dia versus em média 0:56 por dia no caso das mulheres), diferenças que podem ter a ver com o tipo de animais que estão sob a responsabilidade de cada um e/ou o número de cabeças de gado. A recolha da lenha nas comunidades beneficiárias de Santiago é uma tarefa das mulheres, que lhes dedicam cerca de 30 minutos a 1h30 diariamente (em média 1:11). O tempo de lazer e autocuidado das mulheres é limitado (em média 2:30 por dia versus 5:54 no caso dos homens). Os homens, de forma geral, têm mais tempo para comer e descansar depois do almoço; a partir o fim da tarde convivem com os amigos, jogam cartas ou conversam, praticam desporto; no final do dia vêm o telejornal e televisão/novela. As 4 comunidades em que os homens têm menos tempo de lazer são Serra Malagueta, Ruiz Vaz, Pedra Cumprido e Rincão, todas elas devido a 2 jornadas de trabalho. Nas 3 primeiras o TR no projeto REFLOR-CV impacta o tempo disponível dos homens para a agricultura e o tempo de lazer/autocuidado (que passa para cerca de 4 horas em vez de quase 6). No caso das mulheres, também cultivam menos e o seu dia fica mais comprido, ou seja, levantam-se mais cedo (ex. em Rui Vaz às 04h30 da manhã). No caso de Rincão, os homens saem para a pesca às 02h da madrugada, mas dormem cerca de 5 horas (das 10 às 15 horas da tarde). Em Ponta Furna também as mulheres têm uma dupla jornada de trabalho: transformam a lenha em carvão como segunda atividade, o que lhes

consome cerca de 4 horas de trabalho. Iniciam a sua jornada às 02 da madrugada, mas sem oportunidade de descanso durante o dia, devido às demais responsabilidades de TR e TNR.

FOGO: o TR é mais característico dos homens, que em média investem 8:22 por dia no TR (mulheres 4:35 por dia). A recolha de pasto é sempre da responsabilidade dos homens, o que também acontece com a lenha, que trazem ao regressar do trabalho no campo/floresta. Na sua larga maioria são os homens que fazem o trabalho no Projeto REFLOR-CV, sendo um dos motivos a distância a percorrer para ir trabalhar na floresta/campo (no mínimo 1 hora de caminho a pé em pelo menos 5 comunidades). Não foi possível ter ideia do tempo despendido quer na recolha de lenha, quer do pasto (feita durante o tempo dedicado ao trabalho no campo). De acordo com o Inquérito sobre Uso do Tempo do INE (2012), quando os homens recolhem lenha no meio rural, gastam em média 9 horas e meia semanais (algo como 1:20 por dia se a recolha for diária). A distância, embora sendo um elemento concreto, tem também a sua construção psicológica e social. As mulheres tratam dos animais de menor porte, como em Santiago, e que se criam mais perto de casa, na medida em que lhes permite conciliar o TR com as suas responsabilidades domésticas. O caminho é tido como cansativo para as mulheres que, chegando ao local, já não teriam força para trabalhar. Há um misto de representações das mulheres como menos fortes do que os homens fisicamente e vinculadas ao espaço privado versus o homem ao espaço público e ao trabalho que exige força e perícia. Em Mosteiros Trás, uma comunidade mais próxima do centro urbano, a realidade é um pouco diferente: um número de mulheres trabalham na função pública e as suas rotinas diárias dependem disso. Uma mulher é dona de uma padaria e levanta-se às 01h da madrugada para poder ter o pão pronto de manhã (falta de tecnologias de apoio à sua atividade), terminando o seu dia às 21h da noite, sem horário de descanso.

BOAVISTA: apresenta uma situação de uso do tempo ainda diferente, em que as diferenças de género são atenuadas para as gerações mais jovens: as rotinas diárias de homens e mulheres mais jovens são mais semelhantes (sair para o trabalho, no geral de prestação de serviços, e em termos de tempo de descanso), embora o TNR continue a ser em grande parte das mulheres. O cuidar das crianças, por exemplo continua a ser uma atividade essencialmente feminina, embora os homens saiam a passear com as crianças e possam brincar com elas e diverti-las. Na faixa etária dos 30-50 anos, os homens mais do que as mulheres saiam da comunidade para o trabalho, tratando dos animais antes e ao regressar. As mulheres também participam nesta tarefa, sensivelmente na mesma proporção de tempo. Neste momento (e à cerca de 4 anos, a agricultura é quase nula). O exemplo discutido no Encontro Comunitário da Bofareira é de uma mulher que tem uma pessoa idosa a seu cargo, pelo que o seu TNR ao longo do dia conta com vários momentos de cuidados ao idoso. É o TNR mais elevado de todas as rotinas analisadas (10:30 diárias).

E. Processo participativo e participação na tomada de decisão a vários níveis

É importante perceber quem tem poder de decisão em vários âmbitos – associativo, comunitário, familiar, tendo em conta a abordagem participativa que o Projeto REFLOR-CV promove, bem como o previsto na letra da lei para a gestão florestal, e que se pretende reforçar nas práticas institucionais da gestão florestal.

Foram identificado **vieses de género** a nível de tomada de decisão, para além de questões mais abrangentes relativas à abordagem e processo participativos.

- Os vieses de género são particularmente marcados na ilha do **Fogo**, onde as mulheres, à luz das relações sociais de género, são remetidas para o espaço doméstico.
- Os estereótipos quanto aos papéis e características de mulheres e homens são vincados e comprometem o acesso das mulheres ao espaço público e a oportunidades económicas.
- A sua participação na vida associativa é ténue, o que também se aplica ao seu acesso a cargos de tomada de decisão associativos.
- Existe o risco das suas vozes não serem ouvidas/reconhecidas e das suas necessidades e interesses específicos não serem tidos em conta.
- Em **Santiago**, a situação é diferente, embora os estereótipos quanto aos papéis sociais de género de mulheres/homens continuem visíveis na divisão de esferas de decisão e tarefas (espaço doméstico e comunitário versus espaço público).
- Fica patente que esta divisão condiciona o acesso das mulheres a oportunidades económicas: são elas as maiores beneficiadas pelo trabalho remunerado do Projeto, mas apenas porque os homens têm acesso a melhores opções.
- A sua participação na vida associativa é efetiva, lideram e dinamizam as Associações, o que exige tempo e dedicação.
- A liderança e influencia dos homens continua a ser efetiva em número e poder de decisão, contudo não dedicam/perdem tempo com o dia a dia associativo que fica para as mulheres.
- Na **Boavista** a vida associativa tende a ser liderada pelos homens, contudo a maior preocupação prende-se com o tipo de Associação parceira do Projeto REFLOR-CV (Associação de Proprietários de terrenos agrícolas/agricultores, maioritariamente homens, o que reflete as questões de género no acesso e controle da terra, bem como as condições de acesso das mulheres à agricultura.
- Por outro lado, na Boavista a mobilização das comunidades beneficiárias do Projeto precisa ser equacionada: não há protocolos com associações da comunidade que, no âmbito do Projeto, são responsáveis pela mobilização das comunidades. Note-se que em Santiago 3 comunidades não se sentem representadas pela Associação. Nos documentos do Projeto REFLOR-CV há alguma tendência em equacionar Associações com Comunidades, o que na maioria dos casos é pacífico tendo em conta o processo de mobilização eficaz realizado pelas Associações. Contudo, havendo falhas a este nível, é necessário reforçar a abordagem comunitária para garantir a efetiva participação comunitária e sustentabilidade das ações.
- Independentemente da ilha em questão, as relações sociais de género levam a que sejam sobretudo os homens a assegurar o interface com os serviços públicos, em particular os serviços de agricultura e florestais, pelo que esta tendência deve ser compreendida pelos serviços para que possam acionar estratégias eficazes de assegurar um ações a informações, participação e contribuições tanto de homens, como mulheres, em particular no que toca a tudo o que esteja relacionado com recursos naturais e gestão florestal.

i. Participação nos encontros comunitários e nas atividades da Associação

SANTIAGO: as mulheres participam em todas as atividades das Associações, quer nos encontros comunitários, quer nas atividades, sejam remuneradas ou não remuneradas. Os homens participam pouco nos encontros comunitários, e nas atividades da Associação. Participam sobretudo nas atividades de lazer/recreativas (ex. festas, passeios para fora, etc.) e em atividades remuneradas. Contudo, a maioria dos beneficiados do REFLOR-CV em

Santiago são mulheres, porque os homens não estão interessados na remuneração oferecida pelo Projeto (acesso a atividades laborais mais rentáveis/melhor remuneradas). Na Serra Malagueta é referida uma participação ativa de toda a comunidade, independentemente dos benefícios imediatos. No entanto, em Chã de Monte/Achada Fora, quando os homens participam nos encontros comunitários, por mais que sejam a minoria, influenciam grande parte das decisões.

FOGO: a participação das mulheres é sempre menor do que a dos homens. As razões mais citadas são a sobrecarga com afazeres em casa e no campo e falta de tempo para as atividades da Associação. Contudo, alguns líderes associativos aprofundam um pouco mais os motivos e apontam questões de controle social à participação das mulheres, bem como estereótipos de género (ex. oportunidades de trabalho REFLOR-CV são sobretudo para os homens, há estereótipos quanto à participação das mulheres- força física, mulheres podem faltar, etc.). Como referido na seção sobre a floresta, no Fogo considera-se que os homens fazem os trabalhos mais pesados na floresta e no campo, e as mulheres os trabalhos mais leves, ficando sobretudo na produção de plantas. Um dos motivos invocado é a distância da floresta (1 a 2 horas de caminho), contudo as mulheres fazem esse mesmo caminho, carregando as plantas à cabeça, para a sua implantação na floresta.

BOAVISTA: Associação parceira do Projeto REFLOR-CV não é uma associação de desenvolvimento comunitário, mas antes uma Associação de Proprietários de terrenos agrícolas/agricultores. Com efeito, as atividades do Projeto na Boavista são substancialmente diferentes das outras ilhas, tendo em conta as características e riscos específicos do processo de desertificação/degradação dos solos/florestas na ilha. O facto de não estarem envolvidas Associações das comunidades tem impacto no processo de mobilização das comunidades, num contexto em que a proximidade dos serviços agrícolas/florestais é ténue, comparativamente com Santiago e o Fogo, ilhas de vocação agrícola.

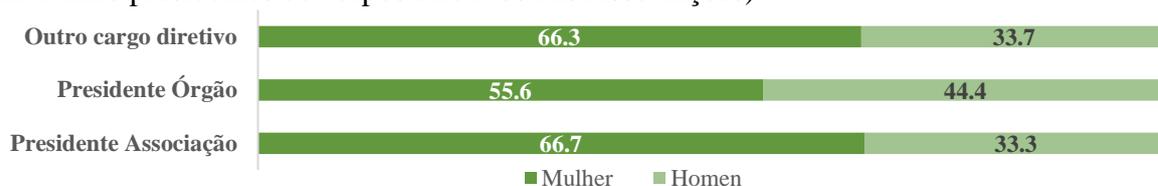
ii. Mulheres e homens nas Associações

Membros/afiliados das associações: as mulheres são a maioria Santiago (72,2%), enquanto no Fogo representam cerca de metade dos membros (47,6%). Existe, contudo, bastante variação de Associação para Associação:

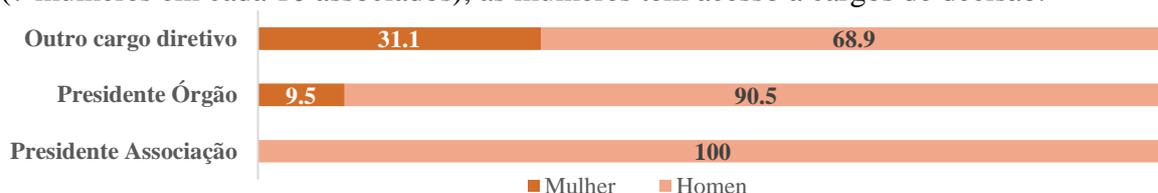
- No Fogo apenas 1 Associação tem uma maioria de mulheres (8 mulheres em cada 10 associados na Associação de Mosteiros Trás)
- Em Santiago sucede o contrário: 11 das 12 associações têm uma maioria de mulheres afiliadas (incluindo mais de 9 mulheres em cada 10 associados em Fundura e Ponta Furna e uma Associação só de mulheres em Figueira das Naus)
- Apenas 1 ADC tem uma maioria de homens afiliados em Santiago (Rincão: cerca de 80%).
- Na Boavista, a Associação de Proprietários de terrenos agrícolas/agricultores tem uma maioria de afiliados homens (3 em cada 4 membros) e apenas 25% mulheres.

Cargos de direção: no **Fogo** predominam os homens na liderança das ADC: todos os Presidentes de Associação são homens, bem como quase todos os Presidentes do Conselho Fiscal e da Mesa da AG, e mais de 7 em cada 10 cargos de direção são ocupados por homens

(68,9% dos demais elementos de corpos diretivos e 75,8% de todos os cargos de direção, incluindo presidentes de corpos diretivos das Associações).¹⁶



Em **Santiago** o panorama é diferente: há 7 mulheres Presidentes de Associação e 3 homens nesse mesmo cargo, e cerca de 6 mulheres em cada 10 elementos da direção das Associações. Apesar destas proporções não refletirem totalmente a proporção de membros que são mulheres (7 mulheres em cada 10 associados), as mulheres têm acesso a cargos de decisão.



Verifica-se que no **Fogo** as mulheres têm um acesso muito limitado a cargos de decisão, em particular os de Presidente de um órgão associativo. Esta baixa proporção está em contradição com a proporção de afiliadas – 47,6%. Em **Santiago**, os homens estão menos representados do que as mulheres em cargos de decisão, contudo nunca abaixo de 1/3 (acima da proporção de homens afiliados – 27,8%). Apesar das mulheres serem a maioria das Presidentes de Associação, 44,4% dos homens são Presidentes de outros órgãos diretivos.

Assim, a presença de mulheres em cargos de tomada de decisão parece ser facilitadora da participação na vida associativa de mulheres e homens, quer em atividades da Associação, quer em oportunidades geradas por Projetos, embora por si só os dados não permitam concluir quanto a uma relação causal.

Participação na gestão florestal: podem ser diferenciadas as comunidades mais ligadas à floresta (Serra Malagueta, Rui Vaz, Monte Velha) e as comunidades com zonas de pastagem (*tchada*), estas últimas com muito pouco em contacto com as com entidades de gestão florestal. Contudo, salvo raras exceções, as comunidades não consideram que são envolvidas diretamente na gestão florestal (ex. técnicos do MAA comunicam as decisões tomadas sobre gestão florestal às comunidades, através das Associações; várias comunidades consideram que têm canal de comunicação para expressar as suas reivindicações via reunião com os técnicos do MAA ou via Associação). Mas apesar de alguma influência junto dos atores florestais, ela ocorre de forma pontual e sobre matérias específicas. Seria abusivo considerar que as comunidades neste momento influenciam as decisões em matéria de gestão florestal.

F. Consciência, conhecimentos e práticas de mulheres e homens em matéria de gestão sustentável dos recursos naturais

O diagnóstico procurou saber qual a importância que mulheres e homens dão à conservação dos recursos naturais e que conhecimentos têm a respeito. Por outro lado, foram identificadas

¹⁶ Calculado tendo em conta para cada Associação (i) o número de pessoas no Conselho Diretivo, (ii) Conselho Fiscal e (iii) Mesa da Assembleia Geral (denominador) e o número de mulheres e homens (numerador).

as práticas de mulheres e homens que facilitam ou que, pelo contrário, dificultam a conservação dos recursos naturais.

De forma pragmática, pode-se especular que existem os seguintes **vieses de gênero**:

- Tendo em conta o perfil de atividades de mulheres e homens, o impacto da degradação dos solos seria potencialmente maior para as mulheres em Santiago e no Fogo, que dependem mais da agricultura de sequeiro do que os homens, e trabalham em terrenos de menor dimensão (de acordo com os dados do RGA 2015).
- Em termos de pecuária, os homens em Santiago e no Fogo seriam potencialmente mais afetados com a diminuição de pasto, tendo em conta que criam animais de maior porte. Contudo, mesmo em maus anos agrícolas, pode haver alguma disponibilidade de pasto.
- Existe um conflito de interesses e prioridades, entre a conservação e a necessidade de rendimento, pelo que é importante ir além das questões de sensibilização e perguntar quem perde rendimentos com a modificação das práticas. Este conflito é também visível nas comunidades que fazem extração de inertes, neste caso praticada sobretudo por mulheres. Todas têm consciência do impacto ambiental da extração de inertes, contudo não têm alternativas. Esta atividade é também extremamente exigente fisicamente, sujeita a acidentes e tem impactos futuros na saúde das mulheres.

Globalmente, verifica-se que as comunidades têm consciência da importância da conservação dos recursos naturais e, em vários momentos da recolha de dados, deram exemplos de alterações na disponibilidade de recursos naturais e dos seus impactos nas suas atividades e rendimentos. Todas as comunidades beneficiárias têm consciência da necessidade de conservar o solo e de combater a sua erosão, e estão cientes dos potenciais impactos da não conservação sobre as suas atividades e rendimentos. Tanto mulheres como homens têm esta percepção. Os homens e mulheres, em virtude do perfil diferenciado das suas atividades, contribuem de forma diferente para a conservação do solo.

- A questão mais referenciada diz respeito aos animais à solta.
- Tendo em conta que os homens criam o gado maior, são sobretudo eles que contribuem para a prática de pastagem dos animais.
- Em 3 comunidades de **Santiago** não existe consenso sobre o impacto de ter os animais à solta sobre a conservação do solo.
- Os homens, em particular, teriam muito mais trabalho e menos rendimento se tivessem de criar os animais de maior porte amarrados/cercados.
- Na **Boavista**, no âmbito do Projeto REFLOR-CV, está prevista uma atividade que contribui para a resolução desta questão: em parceria com Associação dos Agricultores/Proprietários da Ribeira do Rabil, o Projeto irá delimitar e cercar a zona agrícola, para os animais não entrarem e plantar no perímetro plantas frutíferas.
- Adicionalmente, tanto as mulheres como os homens na **Boavista** consideraram que há necessidade de sensibilização, para além de apoio à vedação dos animais, o que com certeza se aplica a **Santiago**.

A perspetiva das comunidades que têm zonas de tchada/pastagem e das que estão próximas de uma **floresta** são diferentes. No primeiro caso, as comunidades vêm a necessidade de conservação da floresta na mesma linha da conservação do solo. Têm consciência e valorizam esta necessidade. As práticas negativas a modificar e as práticas positivas a implementar não são muito diferentes das referidas para a conservação do solo. Estas comunidades são mais

expressivas em relação à importância da floresta e dos riscos e impactos da sua degradação. No **Fogo**, em todas as comunidades o foco é colocado a gestão da floresta e necessidade de a melhorar substancialmente. As comunidades beneficiárias que mais valorizam a conservação da floresta, e a consideram prioritária, são Serra Malagueta, Pedra Comprida e Rui Vaz. Para além da questão da relação de proximidade com a floresta, deve ser destacado o trabalho feito pela entidades públicas ao longo dos anos, em particular pelo Parque Natural da Serra Malagueta. Contudo, mesmo em localidades próximas do Parque, há comunidades como Figueira das Naus e Fundura em que a questão do acesso a fontes de rendimento é a grande prioridade. No Fogo grande parte dos terrenos são de privados, quando em Santiago os terrenos das 3 comunidades acima citadas são do Estado, o que introduz dinâmicas diferentes, considerando em particular que homens e mulheres trabalham a terra de outros proprietários. É feita referência a uma exploração mais sustentável e que traga mais rendimentos às comunidades. Em virtude do perfil diferenciado das atividades de homens e mulheres, os homens contribuem mais para práticas de conservação (ex. limpar floresta, retirar árvores de forma controlada) do que as mulheres, mas também para práticas a erradicar, já que no Fogo são sobretudo eles que cortam as árvores e executam trabalhos considerados pesados. Em Santa Catarina e São Salvador do Mundo, a Delegação do MAA está a apoiar 75 beneficiárias produtoras de queijo, com a introdução de um novo tipo de fogão melhorado, que economiza em lenha e permite utilizar restos de “aparas” da plaina de madeira (feito de tijolos e acumula mais calor).¹⁷

V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O diagnóstico identificou diferenças substanciais de género a todos os níveis – familiar, comunitário e associativo, bem como na relação com a floresta, no perfil de atividades produtivas e no que tange aos rendimentos. Estas diferenças variam ainda substancialmente de ilha para ilha e de comunidade para comunidade. Com base nas questões de género identificadas, apresentam-se de seguida as áreas que requerem especial atenção do Projeto REFLOR-CV para uma boa transversalização do género na sua implementação, evitando a perpetuação ou agravamento da igualdade de género. São também tecidas recomendações de forma mais geral, destinadas a vários outros atores, já que as medidas a accionar muitas vezes ultrapassam o âmbito do Projeto REFLOR-CV.

A. Recomendações para o Projeto REFLOR-CV

Na implementação do Projeto a FAO e a Equipa do Projeto devem:

1) Assegurar a igualdade de oportunidade para mulheres e homens participarem nas intervenções de reflorestação e de restauração florestal/dos solos.

FOGO: sensibilização, formação, advocacia & cumprimento de critérios mínimos

- Sensibilizar e formar as lideranças associativas em género e participação das mulheres na tomada de decisão.
- Definir e implementar uma estratégia de consulta comunitária que inclua as mulheres (pouco representadas nas associações, espaços de informação, discussão e decisão).

¹⁷ Iniciativa no âmbito de um projeto com a Cooperação Japonesa

- Discutir com as ADC eventuais impedimentos ao cumprimento dos critérios mínimos de participação das mulheres no trabalho gerado no Projeto REFLORES-CV, e definir estratégias para a viabilização desta participação (resposta aos impedimentos identificados).

SANTIAGO: sensibilização & análise das contrapartidas

- Sensibilizar e formar as lideranças comunitárias (grupo em condições de influenciar reflexão e repassar informação) em matéria de divisão do trabalho remunerado / não remunerado à luz das relações sociais de género e suas consequências (pobreza de tempo e pobreza, contribuição não contabilizada para a economia familiar).

BOAVISTA: estabelecimento de critérios mínimos para a participação das mulheres nas consultas, tomada de decisão e oportunidades geradas pelo Projeto

- Acordar um processo de consulta e sensibilização comunitária sensível ao género, independentemente de quem conduzir o processo.
- Estabelecer com a Associação de Proprietários de terrenos agrícolas/agricultores estratégias de participação das mulheres em todas as ações, incluindo no processo de tomada de decisão
- Sensibilizar e formar as instituições responsáveis (delegação MAA, CM, entre outras) para a aplicação de estratégias para uma maior participação das mulheres na conservação dos solos e na agricultura, em particular nas suas formas mais rentáveis.

EM GERAL:

- Apoiar as instituições na reflexão sobre co-gestão florestal e investimentos necessários, para que o modelo não contribua para manter as comunidades (sobretudo as mulheres em Santiago) em atividades de sobrevivência.
- Assegurar que os dados do projeto são (i) recolhidos de forma desagregadas, (ii) são analisados atempadamente e regularmente numa perspectiva de género, e (iii) que quando são identificados vieses de género, se definem e aplicam estratégias corretivas.

2) Reconhecer e ter em conta potenciais perdas de fontes de rendimento para homens e/ou para mulheres das comunidades, decorrentes da mudança nas práticas de conservação preconizadas pelo Projeto

- Na gestão florestal, distinguir práticas comunitárias das práticas de privados, e responsabilizar os privados.
- Identificar de forma clara as práticas a alterar e respetivos grupos alvo (mulheres, homens, ambos), para efeitos de sensibilização focada, mas também para ter em conta as implicações para fontes de rendimento, e definir medidas de apoio à mudança sempre que necessário.
- Incluir nas medidas de apoio à mudança de práticas e/ou reconversão de atividades as comunidades que praticam recolha de inertes como fonte de rendimento.

3) Assegurar igualdade de oportunidade para mulheres e homens beneficiarem de fileiras florestais não madeireiras (NTFP – *non timber forest products*)

- Estudar a viabilidade de desenvolver fileiras NTFP ligadas atividades das mulheres (ex. plantas medicinais nas comunidades próximas de maciços florestais, produção de carvão em zonas de floresta silvopastoril com técnicas melhoradas (ex. fornos melhorados, menor tempo de produção, menos emissões potencialmente nocivas).

- Garantir mecanismos/estratégias de inclusão das mulheres nas demais fileiras NTFP a desenvolver, onde se encontram menos representadas.
- Considerar os dois pontos anteriores em qualquer outra fileira agrícola identificada.

4) Reforçar as capacidades das instituições responsáveis e implicadas na gestão florestal para considerar de forma transversal das questões de género identificadas no DSG

- Apresentar os resultados do DSG aos parceiros de implementação do Projeto, garantir a sua boa divulgação e disponibilização a todos os interessados.
- Formar e apoiar tecnicamente os atores envolvidos na gestão florestal (nível central e das ilhas/municípios abrangidos pelo Projeto), sobre transversalização da igualdade de género no seu trabalho, com base nos resultados do DGS e respetivos mandatos.
- Garantir um S&A sensível ao género de todas as atividades do Projeto e advogar pela mesma abordagem no S&A do setor.

5) Desenvolver um modelo de co-gestão florestal que reconheça os desafios sociais e de género identificados no DSG

- Apoiar a clarificação e a construção de uma visão comum a todos os atores do conceito e prática de modelo de co-gestão florestal: discussão e desconstrução de pressupostos implícitos (ex. a floresta é um bem da comunidade, a floresta serve mais as pessoas da comunidade do que o Estado, a comunidade pode tirar rendimento da exploração florestal, etc.) e clarificação dos detentores de obrigações / direitos em matéria de gestão florestal.
- Apoiar a reflexão sobre as mais valias e um modelo de gestão florestal e de co-gestão florestal adaptado às diferentes realidades das comunidades e que explicitamente considere:
 - (i) O conceito de abordagem participativa a implementar (ex. consulta às comunidades, desempenho de tarefas específicas, ou poder de tomar decisões?)
 - (ii) As diferentes situações de propriedade/titularidade de direitos
 - (iii) Os diferentes tipos de florestação (florestas versus zonas silvo-pastoris)
 - (iv) As contrapartidas e investimentos a accionar.
- Apoiar a inclusão no quadro legal florestal das questões de género identificadas no DGS, em particular as questões relativas à:
 - (i) Participação das mulheres na tomada de decisão a todos os níveis
 - (ii) Seu acesso a informações, formação, assistência técnica, investimentos
 - (iii) Procedimentos de cedência de terrenos do Estado equitativos em termos de género (incluindo situações de co-titularidade).

6) Desenvolver instrumentos de gestão florestal sensíveis ao género

- Ter em conta as questões assinaladas no ponto anterior nos instrumentos de gestão florestal e/ou de conservação dos solos.
- Assegurar a inclusão de uma análise socioeconómica sensível ao género nos Planos de Gestão Florestal e explicitar os mecanismos, estratégias e intervenções em resposta aos desafios de género identificados, e indicadores / metas para seguir os progressos.

7) Assegurar a documentação das intervenções acima delineadas, desafios e lições aprendidas, e sua divulgação (componente 3 do Projeto REFLOR-CV)

- Incluindo, entre outros, a publicação e divulgação do DSG.

B. Recomendações à FAO e parceiros para a formulação dos próximos projetos

O Projeto REFLOR-CV definiu linhas mestras para a transversalização da igualdade de género, contudo o presente DSG não estava disponível aquando da sua formulação. Para a formulação dos próximos projetos será desejável os dados e análises do DSG sejam tidos em conta de raiz, e que sejam feitos investimentos específicos no empoderamento das mulheres e na sustentabilidade das suas atividades económicas, considerando desafios identificados.

C. Recomendações a outros atores (para além do Projeto REFLOR-CV) e à FAO (para apoio técnico, inserção em projetos, etc.)

GESTÃO DA ÁGUA

1) Rever com urgência as questões de gestão das fontes de água mistas (uso doméstico e rega) assegurando a (i) a presença de mulheres a nível de tomada de decisão e (ii) medidas efetivas de priorização do fornecimento de água para uso doméstico.

Entidades responsáveis: MAA, Delegações do MAA, ANAS, AdS, CM, Associações de agricultores, Associações de Desenvolvimento Comunitário (ADC), em particular mediante a plena assunção pelas autoridades responsáveis a nível nacional e local (ANAS, AdS, INGRH) das suas responsabilidades na gestão e conflitos e na elaboração e implementação de planos de gestão da água a nível comunitário.

2) Reforçar a capacidade das famílias para a recolha de água das chuvas (cisternas).

Entidades responsáveis: MAA, Delegações MAA, CM, ADC, ONG, diáspora, FAO (mobilização de parcerias)

Note-se que o acesso à água é, para além de uma questão de direitos humanos, um ponto vital na sustentabilidade das ações de qualquer projeto, incluindo o REFLOR-CV, sobretudo na vertente de viveiros/produção de plantas.

AGRICULTURA

3) Garantir a transversalização da abordagem de género nos serviços de apoio à agricultura

Entidades responsáveis: MAA, Delegações MAA, Programas em curso, CM e outras entidades que apoiam projetos de agricultura.

4) Assegurar que a capacidade de investimento não é um impedimento ao acesso das mulheres a práticas de agricultura mais rentáveis

Entidades responsáveis: MAA, Delegações do MAA, CM, Ass. de agricultores, ADC.

ACESSO E CONTROLE DA TERRA

O DSG identificou vieses de género ligados (i) aos estereótipos de género e divisão de tarefas (espaço doméstico/espaço público) que colocam as mulheres em situação de menor acesso a informação e de menor contacto com as instituições de registo de direitos sobre as terras para obtenção de cedência de terrenos do Estado, (ii) à falta de conhecimento geral de homens e mulheres sobre a formalização dos direitos de propriedade (quadro legal aplicável - por exemplo aos bens comuns no âmbito de uma união de facto e procedimentos a seguir), (iii) a falta de recursos para accionar esses direitos, já que o exercício de direitos, ou fortalecimento dos existentes, implica recursos, conhecimentos e capacidades, (iv) à ausência de serviços capacitados para prestar estas informações de forma completa e de procedimentos que salvaguardam os direitos das mulheres a nível dos serviços de registo da titularidade.

5) Assegurar uma reflexão sobre procedimentos necessários para garantir os direitos à terra de mulheres e homens junto dos serviços da administração pública que lidam com questões de titularidade.

Entidades responsáveis: MAA, Delegações do MAA, CM, Cartório, Conservatória, INGT

ENERGIAS DOMÉSTICAS

6) Diminuir o uso da lenha como principal fonte de energia para cocção, minimizando o impacto negativo na pobreza de tempo de quem recolhe lenha para autoconsumo (sobretudo mulheres), e para a saúde de quem cozinha (principalmente mulheres)

Entidades responsáveis: DNICE/MICE, DGASP/MAA, Delegações MAA, CMs, ADCs.

Existe, desde 2005, uma *Estratégia Nacional para as Energias Domésticas* e, em 2015, a *Agenda Ação Energia Sustentável todos (SE4ALL)* retomou o uso da lenha para cocção. A recomendação vai assim no sentido da aceleração da implementação das medidas que, desde 2005, vêm recebendo uma prioridade limitada.